



Tribunal de Contas



RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2001

Conta Consolidada e Pareceres do Auditor Externo

Lisboa
2002

www.tcontas.pt

FICHA TÉCNICA

DIRECÇÃO

Conselheiro Alfredo José de Sousa
Presidente do Tribunal de Contas

COORDENAÇÃO GERAL

Conselheiro José Tavares
Director-Geral

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Manuel Freire Barros
*Auditor-Coordenador do
Departamento de Consultadoria e Planeamento*

Eleonora Pais de Almeida
Auditora-Chefe

Equipa Técnica

Maria Estrela Leitão
Assessora Principal

Rogério Vieira Luís
Técnico Superior de 1ª Classe

Paulo Andrez
Técnico Superior de 2ª Classe

Reprografia
Augusto Santos

Depósito Legal: 90210/95
ISSN N.º 0873-1403
Tiragem: 400 exemplares

PARTICIPAÇÃO DAS VÁRIAS ÁREAS:

TRIBUNAL

- *Conselheiro Vice-Presidente* -
José Alves Cardoso

- *Juízes Conselheiros* -
José Faustino de Sousa
João Pinto Ribeiro
Ernesto da Cunha
Manuel Raminhos Alves de Melo
Manuel Cruz Pestana de Gouveia
Carlos Manuel Botelho Moreno
Manuel Marques Ferreira
Adelino Ribeiro Gonçalves
José Luís Pinto Almeida
Carlos Alberto Morais Antunes
Manuel Henrique de Freitas Pereira
António José Avérous Mira Crespo
Lia Olema Correia
Lídio José Leite Pinheiro de Magalhães
José de Castro Mira Mendes
Amável Dias Raposo

MINISTÉRIO PÚBLICO

- *Procuradores-Gerais-Adjuntos* -
Nuno Lobo Ferreira
António Cluny
Jorge Leal

SERVIÇOS DE APOIO

Subdirectores-Gerais
Helena Abreu Lopes (Sede)
Fernando Flor de Lima (SRA)
José Emídio Gonçalves (SRM)

- *Audítores-Coordenadores/Directores de Serviço/
/Audítores-Chefes/Chefes de Divisão e outros responsáveis-*

Abílio Pereira de Matos
Alberto Faria Pestana
Alvarim Lourenço
Ana Mafalda Spínola Santos
Ana Maria Bento
Ana Paula Valente
António Afonso Arruda
António Botelho Sousa
António Manuel Costa e Silva
António Manuel Fonseca da Silva
António Manuel de Freitas Cardoso
António Marta
Carolina Augusta Alves Vilar
Carlos Barbosa
Carlos Manuel Mauricio Bedo
Cristina Maria Lourenço
Daniel Sanches
Francisco José Albuquerque
Francisco Moledo
Fernando Maria Morais Fraga
Jaime Gamboa Cabral
João Carlos Cardoso
João Cordeiro de Medeiros
José Correia Fernandes
José Manuel Barbeita Pereira
José Manuel Costa
José Manuel Martins
José Manuel Martins Conceição
Judite Cavaleiro Paixão
Justino José Baptista Janeiro
Leonor Corte-Real Amaral
Luís Filipe Simões
Luís Manuel Rosa
Márcia Vala
Maria Alexandra Lourenço
Maria Antonieta Santos
Maria Augusta Alvito
Maria Conceição Vaz Antunes
Maria da Conceição Lopes
Maria da Conceição Poiars Oliveira
Maria Gabriela Couto dos Santos
Maria Isabel Leal Viegas
Maria Lourdes Dias
Maria Susana Ferreira da Silva
Nuno Zibaia da Conceição
Rui Águas Trindade
Rui Manuel Fernandes Rodrigues
Salvador de Jesus

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Nos termos dos art.ºs 6.º, al. c) e 43.º, n.º 1 da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, a actividade desenvolvida pelo Tribunal de Contas e pelos seus Serviços de Apoio consta de um relatório anual de actividades.

O Relatório é elaborado pelo Presidente e aprovado pelo Plenário Geral, após o que é publicado e apresentado ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo e aos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas (n.º 2 do art.º 43 e al. g) do n.º 1 do art.º 74 da Lei n.º 98/97). O Relatório integra, em anexo, a conta consolidada e os pareceres do auditor externo para o efeito contratado por concurso público (art.º 113.º da Lei n.º 98/97).

O presente relatório, que é o último relativo à execução do Plano Trienal 1999-2001, é constituído por quatro partes: *Introdução*, *Missão e Campos de Actuação do Tribunal*, *Recursos Disponíveis e Actividade Desenvolvida*.

Na *Introdução* é feita uma breve referência às grandes alterações verificadas na organização, funcionamento e competências do Tribunal nos últimos três anos e são apresentados os dados mais relevantes da actividade desenvolvida em 2001.

Na parte relativa à *Missão e Campos de Actuação do Tribunal* são identificados o objecto do controlo, as atribuições, as entidades sujeitas ao controlo e os destinatários dos actos do Tribunal.

Na parte respeitante aos *Recursos Disponíveis* é feita uma breve caracterização dos recursos humanos, financeiros, informáticos e outros utilizados pelo Tribunal.

No capítulo da *Actividade Desenvolvida* apresentam-se as principais acções desenvolvidas no âmbito dos diversos domínios de controlo do Tribunal e os resultados alcançados (com alguns indicadores relativos ao n.º de acções executadas nos três anos) e, ainda, as acções decorrentes de outras actividades do Tribunal, nomeadamente relações com outros organismos e instituições, nacionais e estrangeiros.

Este Relatório de Actividades foi aprovado pelo Plenário Geral do Tribunal de Contas, conforme previsto no n.º 2 do art.º 43 e na al. b) do art.º 75, da Lei 98/97, em sessão de 24 de Maio de 2002.

Publique-se na II Série do Diário da República (art.º 9.º da Lei n.º 98/97, de 28 de Agosto) e divulgue-se através da *INTERNET*.

O Conselheiro Presidente

(Alfredo José de Sousa)



ÍNDICE

1

2

3

4

NOTA: O presente *Relatório de Actividades* compreende ainda os Anexos I, II e III em publicações autónomas, relativos à Sede e às Secções Regionais.

INTRODUÇÃO 7

MISSÃO E CAMPOS DE ACTUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS 10

RECURSOS DISPONÍVEIS 12

3.1. RECURSOS HUMANOS 12

3.2. RECURSOS FINANCEIROS 16

3.3. OUTROS RECURSOS 19

ACTIVIDADE DESENVOLVIDA 22

SÍNTESE 22

4.1. CONTROLO FINANCEIRO PRÉVIO 25

4.2. CONTROLO FINANCEIRO CONCOMITANTE 32

4.3. CONTROLO FINANCEIRO SUCESSIVO 35

4.4. EFECTIVAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS 45

4.5. CONSULTADORIA E PLANEAMENTO 48

4.6. RELAÇÕES COM OS SERVIÇOS E ORGANISMOS DE CONTROLO INTERNO 50

4.7. RELAÇÕES EXTERNAS 51

CONTA CONSOLIDADA E PARECERES DO AUDITOR EXTERNO 61





INTRODUÇÃO

O presente relatório de actividades é o último relativo à execução do Plano Trienal 1999-2001. Em consequência, além de ser feito o balanço da actividade desenvolvida em 2001, são também apresentados alguns indicadores relativos à execução do Plano nos três anos.

Ao longo destes três anos, grandes alterações se verificaram na organização, funcionamento e competência do Tribunal de Contas, decorrentes da aprovação da nova Lei de Organização e Processo do TC (Lei 98/97, de 26 de Agosto) e da posterior publicação, em 1999, do Estatuto dos seus Serviços de Apoio (Decreto-Lei n.º 440/99, de 2 de Novembro). O impacto tornou-se mais visível a partir de 1999, ano de início do Plano Trienal em referência. A obrigatoriedade da elaboração de um plano trienal foi estabelecida pela Lei 98/97.

Das inovações introduzidas por esta Lei salienta-se a consagração da auditoria como método importante do exercício do controlo financeiro, sendo actualmente a realização de auditorias uma vertente substancial da actividade do Tribunal. Paralelamente, o Estatuto dos Serviços de Apoio instituiu um corpo especial de auditores, consultores e técnicos verificadores.

Refira-se que, pela primeira vez, em 2001, foram nomeados funcionários para a carreira de auditor (9 auditores), na sequência de concurso externo, tendo também sido aberto o primeiro concurso para admissão a estágio na carreira de técnico verificador superior (ainda em curso no final de 2001), consubstanciando, assim, os primeiros recrutamentos para o corpo especial de fiscalização e controlo, após a sua criação em 1999.

Com a publicação, em 2001, do Decreto-Lei n.º 52/2001, de 15 de Fevereiro, que veio permitir a aposentação voluntária antecipada, de carácter excepcional e transitório, a funcionários afectos aos serviços operativos cujas funções foram profundamente alteradas, aposentaram-se neste ano 22 funcionários, com repercussão fundamentalmente nos grupos de pessoal técnico profissional e pessoal administrativo.

Durante o ano de 2001 e no âmbito da sua missão de controlo da legalidade, da regularidade e da gestão financeira, quer do Sector Público Administrativo quer do Sector Público Empresarial, e da efectivação de responsabilidades financeiras, esta apenas para o primeiro sector, o Tribunal de Contas obteve os seguintes principais resultados:

- ◆ Controlo prévio de 4 688 actos, contratos e outros documentos geradores de despesa, remetidos por 870 entidades da Administração Central, Local e Regional, correspondentes a uma despesa controlada no montante de 11 165 milhões de euros, tendo sido recusado o visto em processos cuja despesa ascendia a cerca de 204 milhões de euros;





- ◆ Aprovados 30 relatórios de auditorias de fiscalização concomitante realizadas a procedimentos administrativos relativos a actos e contratos que não tinham de ser remetidos para fiscalização prévia;
- ◆ Pareceres sobre a Conta Geral do Estado e sobre as Contas das Regiões Autónomas, de 1999, bem como os pareceres sobre as contas da Assembleia da República (de 1999) e das Assembleias Legislativas Regionais (da Madeira, contas de 1998 e de 1999, e dos Açores, conta de 2000);
- ◆ Aprovados 88 relatórios de auditoria e de verificação externa de contas, no âmbito da fiscalização sucessiva;
- ◆ Verificação interna de 979 contas, com homologação do Tribunal, relativas a 755 entidades e correspondendo a um volume financeiro controlado de 52 787 milhões de euros;
- ◆ Efectivação de responsabilidades financeiras, tendo sido proferidas 9 sentenças condenatórias e 10 absolutórias e mandados arquivar 18 processos por pagamento voluntário. Em resultado destes processos foram ordenadas reposições no montante de 67 244,54 euros e foram aplicadas multas no montante de 11 522,23 euros.

Os resultados da actividade do Tribunal destinaram-se fundamentalmente à Assembleia da República, ao Governo, às entidades auditadas, aos órgãos que as tutelam e aos cidadãos em geral.

As recomendações feitas às entidades auditadas visaram, fundamentalmente, corrigir deficiências e evitá-las no futuro, melhorar a prestação de contas e contribuir para uma melhor gestão, sendo a finalidade última contribuir para melhorar a utilização dos dinheiros públicos.

Em 2001, o Tribunal continuou a investir no desenvolvimento dos seus recursos humanos, através da formação e aperfeiçoamento profissional dos seus funcionários, tendo organizado 67 acções de formação interna, nas quais participaram uma média de 14 funcionários por acção, para além de ter havido participação de funcionários em 104 acções de formação no exterior (224 participações).

Continuou a ser dada especial atenção aos recursos informáticos. Assim, para o ano de 2001, salienta-se o arranque da rede de área alargada entre a Sede e as Secções Regionais, passando estes três pontos a dispor de uma infra-estrutura comum de comunicações que lhes permite unificar os sistemas de correio electrónico, a difusão e publicação de informação e as soluções aplicacionais. Salienta-se, ainda, o início do desenho de uma solução de vídeo-conferência, destinado não apenas a interligar a Sede e as Secções Regionais, mas também a interligar o próprio Tribunal a outros Tribunais.

Relativamente ao reequipamento e modernização do parque informático, continuaram a ser reforçados os postos de trabalho móveis com a aquisição de micro-computadores portáteis para os auditores.

Sublinha-se, também, que no ano de 2001, continuaram os trabalhos com vista ao pleno início da actividade do *Gabinete de Auditoria Interna*, reforçando-se assim o sistema de controlo interno dos Serviços de Apoio do Tribunal.

O Tribunal continuou a intensificar a colaboração com a Assembleia da República. Nesse sentido, o seu Presidente participou numa reunião com a Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano, realizada na Assembleia da República, e fez entrega, ao Presidente da Assembleia da República, de relatórios de auditoria e do Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 1999.

No âmbito da colaboração com os órgãos de controlo interno, o Presidente do Tribunal participou num encontro organizado pelo Conselho Coordenador do Controlo Interno sobre *A Qualidade da Despesa Pública*, fazendo uma intervenção sobre este tema.

Paralelamente ao desenvolvimento da sua actividade principal, em 2001, o Tribunal continuou a desenvolver a cooperação aos níveis comunitário e internacional. Neste sentido, refira-se a participação do TC nos seminários e congressos das organizações internacionais de que é membro (INTOSAI, EUROSAI e OLACEFS), tendo o Tribunal organizado as Jornadas EUROSAI, realizadas na Madeira.

O Tribunal de Contas português organizou, ainda, o V encontro das Instituições Supremas de Controlo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que se realizou em Ponta Delgada, nos Açores, para além de ter participado em outros encontros da CPLP e de ter recebido representantes dos Tribunais de Contas do Brasil e de S. Tomé e Príncipe, em visita ao Tribunal, e de ter recebido, em estágio, técnicos e Magistrados de outros Tribunais.



Nos termos da Constituição da República Portuguesa, o Tribunal de Contas é o órgão supremo e independente de controlo externo das finanças públicas, tendo por **missão** o controlo da legalidade, da regularidade e da gestão financeira, quer do Sector Público Administrativo (SPA) quer do Sector Público Empresarial (SPE), bem como a efectivação de responsabilidades por infracções financeiras, apenas para o Sector Público Administrativo.

São **atribuições** legalmente cometidas ao TC o controlo das receitas e das despesas públicas e do património público, com vista a assegurar a conformidade do exercício da actividade de administração daqueles recursos com a Ordem Jurídica, julgando, sendo caso disso, a responsabilidade financeira inerente.

Para o exercício das suas atribuições, o Tribunal dispõe de competências fundamentais relativas à **fiscalização prévia**, à **fiscalização concomitante** e à **fiscalização sucessiva**, dispondo ainda de **competência jurisdicional** relativa à **efectivação de responsabilidades financeiras**.

O Tribunal dispõe, também, de competências de natureza instrumental ou acessória, como sejam as **competências consultiva e regulamentar**.

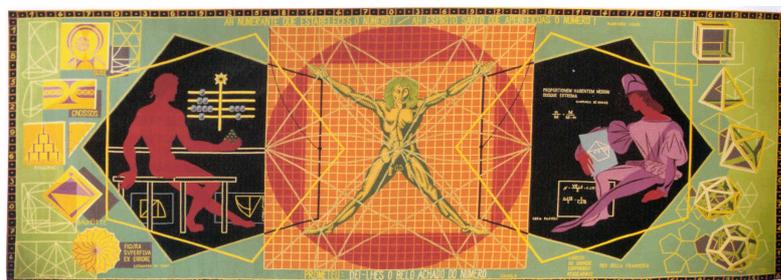
O Tribunal de Contas assegura, ainda, no âmbito nacional, a fiscalização da aplicação dos recursos financeiros oriundos da União Europeia em cooperação com as competentes instituições da União, designadamente o Tribunal de Contas Europeu.

Estão **sujeitas ao controlo** do Tribunal todas as entidades que administram dinheiros públicos, em especial, os serviços e organismos que integram a Administração Pública – central, regional e local –, mas também as empresas públicas. Actualmente o sistema GENT - Sistema de Gestão de Entidades - contém informação relativa a 9 953 entidades, sendo 4 220 da Administração Central, 4 648 da Administração Local, 733 do Sector Público Empresarial e 352 Fundações.



Os **destinatários dos actos do Tribunal** são: o **Parlamento** (em especial no que se refere ao Parecer sobre a Conta Geral do Estado e aos relatórios de auditoria); as **Assembleias Legislativas Regionais** (em especial no que respeita aos Pareceres sobre as Contas Regionais produzidos pelas Secções Regionais do Tribunal); os responsáveis das **entidades auditadas e os órgãos que as tutelam ou superintendem**; o **Ministério Público**, representado junto do Tribunal (a fim de este promover, junto da 3ª Secção do Tribunal, as acções de responsabilidades financeiras nos casos em que aqueles relatórios evidenciem ilícitos financeiros e a respectiva entidade auditada esteja sujeita ao poder jurisdicional); o **autor do acto ou contrato ou a entidade que o tiver autorizado** (no que respeita as decisões de concessão e de recusa de visto); e os **cidadãos**.

O Tribunal pode ainda, nos termos da lei, após comunicação às entidades interessadas, **publicitar os seus actos** através dos meios de comunicação social e de outros meios, faculdade intrinsecamente ligada à sua *missão fundamental de informar os cidadãos de como são geridos os recursos financeiros e patrimoniais públicos*.



3.1. RECURSOS HUMANOS

À data de 31 de Dezembro de 2001, o Tribunal dispunha de **18 Magistrados**, incluindo o Presidente (13 com formação base em Direito e 5 em Economia/Finanças), e de **575 funcionários em exercício de funções nos seus Serviços de Apoio** (497 na Sede, 38 na Secção Regional dos Açores e 40 na Secção Regional da Madeira). Destes, **175 integram o corpo especial de fiscalização e controlo**.

Dos 18 Magistrados, 16 exerciam funções na Sede (o Presidente, 3 que constituíam a 1ª Secção com competência relativa à fiscalização prévia e concomitante, 9 a 2ª Secção com competência relativa à fiscalização sucessiva e 3 a 3ª Secção com competência relativa à efectivação da responsabilidade financeira) e 1 em cada uma das Secções Regionais (SRs) dos Açores e da Madeira.

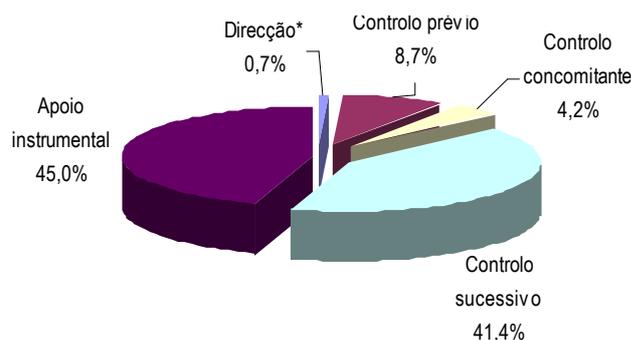
No triénio de 1999-2001 o número de efectivos diminuiu de ano para ano, como se pode ver no quadro seguinte, e a maior descida verificou-se em 2001, o que se deveu, essencialmente, às aposentações efectuadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 52/01, de 15 de Fevereiro (22 funcionários). Concomitantemente, foi reforçado o índice de tecnicidade, que se cifra em 71,6% (em 2000 era de 70,7%).

Evolução do n.º de efectivos dos Serviços de Apoio

	1999	2000	2001
Sede	547	525	497
Secção Regional dos Açores	44	44	38
Secção Regional da Madeira	41	41	40
Total	632	610	575

Dos 575 funcionários, 54% estavam afectos aos departamentos **operativos de controlo**, 45% exerciam funções nos departamentos de apoio instrumental e aproximadamente 1% funções de Direcção, conforme se evidência no gráfico seguinte.

Serviços de Apoio (Sede e SRs) – efectivos por áreas funcionais em 2001



* Director-Geral e Subdirectores-Gerais

A distribuição dos efectivos em exercício de funções pela Sede e Secções Regionais dos Açores (SRA) e da Madeira (SRM) e por áreas funcionais é a constante do quadro seguinte:

Áreas funcionais	Sede	SRA	SRM	Total
Direcção*	2	1	1	4
Controlo prévio	44	3	3	50
Controlo concomitante	22	**	2	24
Controlo sucessivo	203	20	15	238
Apoio instrumental	226	14	19	259
Total	497	38	40	575

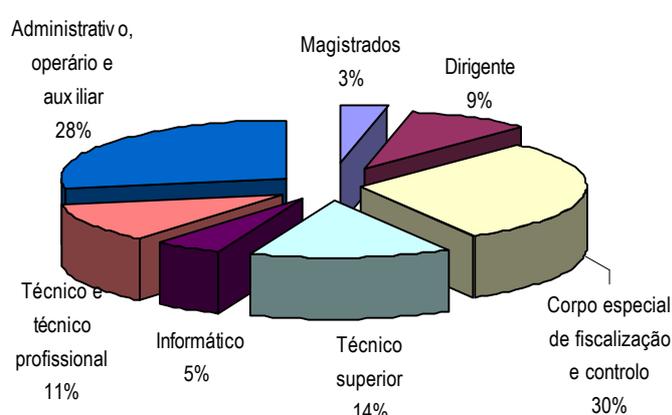
* Director-Geral e Subdirectores-Gerais;

** Esta actividade é desenvolvida pelos funcionários afectos ao controlo prévio e ao controlo sucessivo.

Em termos de grupos profissionais salienta-se que o **corpo especial de fiscalização e controlo** era, a 31 Dezembro, constituído por 42 auditores, 12 consultores, 71 técnicos verificadores superiores e 50 técnicos verificadores, excluindo os que estão a exercer funções em cargos dirigentes. A distribuição, em termos relativos, dos efectivos do Tribunal e Serviços de Apoio por grupos profissionais é a constante do gráfico seguinte.



Tribunal e Serviços de Apoio – efectivos por grupos profissionais



De referir ainda que sempre que a especificidade das auditorias aconselha assessoria especificamente qualificada se recorre à contratação de peritos externos, o que aconteceu em 2001, através da contratação de 3 peritos na área económica e de 1 na área de auditoria a sistemas de informação.

Em termos de **formação e desenvolvimento profissional**, no ano de 2001, realizaram-se um total de 67 acções internas (organizadas pelo Tribunal e realizadas nas suas instalações) e houve participação em 104 acções no exterior. Na totalidade das acções houve 1 205 participações correspondentes a 17 784 horas de formação, conforme se pode ver no quadro seguinte. Para as acções internas o Tribunal recorreu, na sua maioria, a formadores externos oriundos do meio universitário e a especialistas ligados a instituições de formação e de consultadoria.

Formação e desenvolvimento profissional em 2001 (Sede e SRs)

	Nº acções	Nº de participações	Horas de formação	Custo (Euros)
Interna	67	974	13 348	98 545
Externa	104	231	4 436	87 253
Total	171	1 205	17 784	185 798

Em relação ao ano de 2000, o número de acções, de participações e de horas de formação são inferiores em cerca de 30%.

A formação abrangeu acções distribuídas por diversas áreas: *Auditoria, Gestão e Contabilidade; Direito; Informação e Informática; Tribunal de Contas; União Europeia; Desenvolvimento Organizacional e Recursos Humanos.*



A solicitação de organismos públicos ou privados, os **funcionários do Tribunal** intervêm, ainda, como **formadores em acções de formação para o exterior**. Em 2001, houve 69 intervenções de funcionários do Tribunal como formadores em 52 acções de formação.

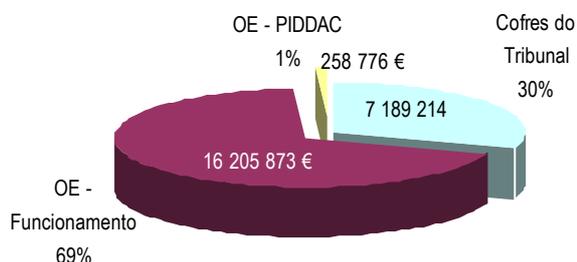


3.2. RECURSOS FINANCEIROS

Relativamente aos recursos financeiros, o Tribunal dispôs em 2001 de um orçamento global corrigido de 44 852 645 euros, financiado em 38% pelo Orçamento do Estado (16 952 899 €, nos quais se incluem 286 315 € inscritos em PIDDAC) e em 62% pelos Cofres do Tribunal (27 899 747 €).

Em termos de **despesa efectuada**, o seu montante elevou-se a **23 653 863 euros**, o que corresponde a um grau de execução de 53%, sendo *20 527 199 euros na Sede, 1 505 885 euros na Secção Regional dos Açores e 1 620 779 euros na Secção Regional da Madeira*. A estrutura da despesa por fontes de financiamento é a constante do gráfico seguinte, tendo 70% da mesma sido financiada pelo Orçamento do Estado e 30% pelos Cofres do Tribunal.

Despesa por fontes de financiamento



Da despesa realizada, a maior parcela é a relativa às **despesas com pessoal (79%)**, seguida das despesas com aquisição de bens e serviços correntes (13%) e das despesas de capital (7%). Estas despesas foram realizadas no âmbito do orçamento de funcionamento. No âmbito do PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) apenas foi executada 1% da despesa global (ver quadro seguinte).

Estrutura da despesa em 2001, por classificação económica

Classificação económica	Sede	SRA	SRM	(Em euros)	
				Total	
				Valor	%
<i>Orçamento de funcionamento</i>	20 268 423	1 505 885	1 620 779	23 395 087	99%
Despesas com pessoal	16 167 955	1 286 909	1 235 268	18 690 132	79%
Bens e serviços correntes	2 646 941	171 953	274 309	3 093 203	13%
Bens de capital	1 453 527	47 023	111 202	1 611 752	7%
<i>PIDDAC</i>	258 776	-	-	258 776	1%
Bens e serviços	258 776	-	-	258 776	1%
Total	20 527 199	1 505 885	1 620 779	23 653 863	100%

Por actividades a estrutura é a constante do quadro seguinte, destacando-se a actividade de *Desenvolvimento e Gestão de Recursos* com a maior parcela, o que se deve ao facto de à mesma terem sido imputadas todas as despesas comuns não directamente imputadas às restantes, nomeadamente os encargos com as instalações, as comunicações e os equipamentos, para além de ser a actividade a que está afecto o maior número de funcionários.

Segue-se-lhe a actividade de *Controlo Sucessivo*, actividade que em termos de funcionários afectos também surge em segundo lugar (são as despesas com pessoal o gasto de maior peso), com 37% da despesa.

Estrutura da despesa por actividades

Actividades	Sede	SRA	SRM	(Em euros)	
				Total	
				Valor	%
Controlo prévio	1 233 717	148 601	73 987	1 456 305	6%
Controlo concomitante	680 385		60 140	740 525	3%
Controlo sucessivo	7 414 810	816 939	496 099	8 727 848	37%
Efectivação de responsabilidades financeiras	345 378	-	50	345 428	1%
Relações externas	338 893	-	60 295	399 188	2%
Desenvolvimento e gestão de recursos	10 514 016	540 345	930 208	11 984 569	51%
Total	20 527 199	1 505 885	1 620 779	23 653 863	100%

No triénio de 1999/2001 a evolução da despesa foi a constante dos três quadros seguintes.



Evolução da despesa de 1999 a 2001, por classificação económica

Classificação económica da despesa	<i>(Em euros)</i>				
	1999	2000		2001	
	Montante	Montante	variação	Montante	variação
Despesas de pessoal	14 202 103	17 090 136	20%	18 690 132	9%
Bens e serviços correntes	2 611 781	2 970 527	14%	3 093 203	4%
Bens de capital	2 526 282	2 591 488	3%	1 611 752	-38%
Bens e serviços - PIDDAC		1 579 743		258 776	-84%
Total	19 340 165	24 231 894	25%	23 653 863	-2%

Em 2000 houve um acréscimo de 25% da despesa realizada em relação a 1999, o que se deveu essencialmente ao aumento dos gastos com pessoal (decorrente da reestruturação de carreiras efectuada nesse ano - Decreto-Lei n.º 440/99, de 2 de Novembro) e a uma verba de investimentos do Plano, destinada à aquisição das instalações do Tribunal na Madeira. Decorrente deste facto, a Secção Regional da Madeira apresenta nesse ano um grande aumento da despesa, como se pode ver no quadro seguinte. De 2000 para 2001, apesar de um aumento das despesas correntes, a despesa global decresceu de 2% devido à diminuição das despesas de capital, com inclusão das despesas no âmbito do PIDDAC.

Evolução da despesa de 1999 a 2001, por Sede e Secções Regionais

Sede/SRs	<i>(Em euros)</i>				
	1999	2000		2001	
	Montante	Montante	variação	Montante	variação
Sede	16 035 240	18 297 762	14%	20 527 199	12%
Secção Regional dos Açores	1 127 054	1 476 018	31%	1 505 885	2%
Secção Regional da Madeira	2 177 871	4 458 116	105%	1 620 779	-64%
Total	19 340 165	24 231 896	25%	23 653 863	-2%

Refira-se ainda que, a maior parte do aumento da despesa verificado em 2000 foi financiado pelo Orçamento do Estado, como se mostra no quadro seguinte, pois esse aumento decorre fundamentalmente do incremento das despesas com pessoal, como atrás já foi referido.

Evolução da despesa de 1999 a 2001, por fontes de financiamento

Fontes de financiamento	(Em euros)				
	1999	2000		2001	
	Montante	Montante	variação	Montante	variação
Cofres	6 739 413	7 404 326	10%	7 189 214	-3%
Orçamento do Estado*	12 600 752	16 827 571	34%	16 464 649	-2%
Total	19 340 165	24 231 896	25%	23 653 863	-2%
* Inclui Cap. 50º - PIDDAC					

3.3. OUTROS RECURSOS

Os **recursos informáticos** são hoje uma ferramenta imprescindível, pelo que praticamente todos os postos de trabalho se encontram informatizados e ligados à rede interna do Tribunal, com correio electrónico interno e externo. Cerca de 35% dos funcionários têm acesso directo à *Internet*.

Relativamente aos acessos ao *site do TC na Internet* (www.tcontas.pt), registou-se uma média de 910 pedidos atendidos por dia, com tendência a aumentar. Por *domínios da Internet*, a maior percentagem de acessos refere-se ao domínio **.pt** (*Portugal*), seguido de endereço numérico não conhecido, de **.com** (comercial), de **.br** (Brasil), **.es** (Espanha), de **.fr** (França) e **.it** (Itália).

O Tribunal dispõe ainda de uma *Intranet*, que é utilizada para disponibilizar internamente, a todos os seus funcionários, informação relativa à instituição e seus produtos, bem como outra informação de interesse para a instituição.





O ano de 2001 ficou marcado pelo arranque da rede de área alargada entre a Sede e as Secções Regionais, passando estes três pontos a dispor de uma infra-estrutura comum de comunicações que lhes permite unificar os sistemas de correio electrónico, a difusão e publicação de informação e as soluções aplicacionais.

Iniciou-se, ainda, o desenho de uma solução de vídeo-conferência, destinado não apenas a interligar a Sede e as Secções Regionais, mas também a interligar o próprio Tribunal a outros Tribunais.

As soluções aplicacionais de que o Tribunal dispõe, utilizadas no desenvolvimento das suas actividades (operativas e de apoio instrumental), são fundamentalmente as seguintes: **TCJURE**

(legislação, jurisprudência e doutrina do Tribunal), **GENT** (dossier electrónico de entidades) destinada a apoiar o trabalho de preparação de auditorias), **SIOSGE** (sistema de gestão da informação da Conta Geral do Estado), **GESPRO** (sistema de gestão processual das contas, emolumentos e processos da secretaria), **SIPAG** (sistema de informação de planeamento e acompanhamento de execução), **PATRIM** (sistema de gestão do património), **RECORTES** (gestão de recortes de imprensa digitalizados), **SIC** (sistema de informação contabilística) e **SRH** (sistema de informação de gestão de recursos humanos).

Em 2001 foi concluída uma nova aplicação de **gestão da formação**. Foram actualizadas cerca de 2 250 entidades no sistema (GENT), que integra actualmente cerca de 9 953 entidades.



Em termos de reequipamento e modernização do parque informático, prosseguiu-se com o reforço dos postos de trabalho móveis, a par da substituição de postos de secretária já obsoletos e do melhoramento de outros.

O Tribunal dispõe também de uma **Biblioteca, Centro de Documentação e Informação** que disponibiliza os recursos documentais e de informação necessários ao desenvolvimento das actividades do Tribunal e dos seus Serviços de Apoio, especializada em Finanças Públicas, Administração Pública, Direito Público, Economia e Gestão. A bibliografia e periódicos disponíveis constam das respectivas bases de dados, disponíveis para consulta.

Dispõe ainda de um sector de publicações que prepara e edita as publicações do Tribunal.



SÍNTESE



Para o desenvolvimento da sua actividade o Tribunal de Contas dispõe de **três secções especializadas na Sede, duas Secções Regionais de competência genérica e Serviços de Apoio técnico e instrumental**. Funciona em *plenário geral*, em *plenário de secção*, em *subsecção* e em *sessão diária de visto*, havendo ainda uma *Comissão Permanente*. Nas duas Secções Regionais, reúne, ainda, um *colectivo*, constituído pelo Presidente do Tribunal e pelos Juízes de ambas as Secções Regionais, a quem compete a aprovação dos Pareceres sobre as Contas das Regiões Autónomas.

Em 2001, o **Plenário Geral do Tribunal de Contas (PG)**, de que fazem parte todos os juízes, incluindo os das Secções Regionais, nas **8 sessões realizadas**, apreciou e aprovou o **Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 1999** e o **Parecer sobre a conta da Assembleia da República de 1999**, o **Relatório de Actividades de 2000**, os **projectos de orçamento** (Sede e Secções Regionais) **para 2002**, os **Objectivos Estratégicos e as Linhas de Orientação Estratégica para o triénio 2002-2004** e o respectivo **Plano Trienal**, os **programas de fiscalização para 2002**, e os **Regulamentos das Secções Regionais dos Açores e da Madeira**. Ratificou ainda os pareceres da Comissão Permanente sobre a colocação de Juízes e aprovou 7 acórdãos respeitantes a recursos em concursos de juízes.

A **Comissão Permanente (CP)**, presidida pelo Presidente do Tribunal e constituída pelo Vice-Presidente e por um Juiz de cada Secção, em **6 sessões**, deu parecer sobre a colocação de juízes, aprovou uma resolução contendo a proposta de objectivos estratégicos que apresentou ao Plenário Geral e os projectos do Plano Trienal (2002/2004) e da Parte Geral introdutória do Plano de Acção para 2002, também submetidos ao Plenário Geral.



A **1ª Secção, em Plenário**, reuniu em **42 sessões**, tendo proferido **71 acórdãos** em processos de **recurso ordinário** e aprovado **5 resoluções**. Em **Subsecção**, constituída por três juízes, aprovou **18 relatórios de auditoria** (fiscalização concomitante) e proferiu **211 acórdãos**. Em **sessão diária de visto** foram proferidas 1 837 decisões numeradas.

A **2ª Secção**, em **35 sessões**, para além da aprovação do programa trienal 2002-2004 e do programa de fiscalização e das opções estratégicas da Secção a observar na elaboração do orçamento do Tribunal, para 2002, aprovou, em Plenário de Secção, **9 resoluções**, **1 instrução**, **56 relatórios de auditoria** e **3 relatórios de verificação externa de contas**. Foi também homologada a **verificação interna de 933 contas**.



A **3.ª Secção**, em **25 sessões** – 8 em plenário e 17 de julgamento em 1ª instância –, proferiu **11 acórdãos** e **24 sentenças**, tendo ainda ordenado o arquivamento de 21 processos, 19 dos quais por pagamento voluntário. Das 24 sentenças, 9 foram proferidas em processos de responsabilidade financeira, 10 em processos de multa e as 5 restantes foram de extinção da lide por pagamento voluntário.

No âmbito dos processos de responsabilidade financeira foram ordenadas **reposições no montante de 67 244,54 euros** resultantes sobretudo de pagamentos indevidos, nomeadamente pela atribuição de subsídios ilegais e por pagamentos sem correspondência na efectiva realização de trabalhos.

Nos processos de multa foram aplicadas **sanções no montante de 11 522,23 euros**, fundamentalmente por incumprimento do prazo de remessa de processos a visto.



Na **Secção Regional dos Açores** realizaram-se 20 sessões ordinárias, 5 extraordinárias e uma do colectivo especial, referente à **aprovação do Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 1999 e do Parecer sobre a Conta da Assembleia Legislativa Regional de 2000**. Quanto a decisões, foram aprovados 24 relatórios de auditoria (5 de fiscalização concomitante e 19 de fiscalização sucessiva), aprovados 23 relatórios de verificação interna de contas e tomadas 46 decisões relativas a processos de visto.



Na **Secção Regional da Madeira** realizaram-se duas sessões do colectivo especial, 21 sessões ordinárias, 4 extraordinárias e 54 sessões diárias de visto. Proferiram-se 3 deliberações respeitantes aos **pareceres** sobre as **contas da RAM de 1999 e Contas da Assembleia Legislativa Regional de 1998 e 1999**, **48 decisões de visto**, **23 homologações de contas** (verificações internas), **125 despachos** em processos de visto e foram aprovados **16 relatórios de auditoria**.



A **Comissão de Informática (CI)** do Tribunal de Contas, presidida por um Juiz Conselheiro nomeado pelo Plenário Geral, centrou a sua actividade nos seguintes aspectos: *envio de documentos ao Tribunal em suporte electrónico, informática e auditoria e segurança informática.*

Relativamente ao primeiro aspecto foi feita uma reflexão sobre o assunto que culminou na elaboração de um Projecto de Resolução, que define as **orientações gerais sobre o envio de documentos ao Tribunal por meios electrónicos** e que veio a ser aprovado pelo PG (Resolução n.º 7/01-PG, de 19 de Dezembro). Posteriormente, dando cumprimento a essa Resolução, foi publicado o Despacho 71/01-DG.

No referente à *informática e auditoria*, foi constituída uma equipa de projecto que estudou o assunto, tendo elaborado um relatório para o qual foi solicitada apreciação e eventuais contribuições da CI. Esta aprovou um parecer formulando **recomendações relativamente à consolidação e desenvolvimento do “Sistema de Gestão de Entidades” e ao aproveitamento de todas as potencialidades que a informática pode oferecer para a intensificação da auditoria financeira e da verificação externa de contas**, passando necessariamente pelo uso das chamadas “Técnicas de Auditoria Assistidas por Computador”.

Sobre segurança informática no Tribunal, e na sequência de recomendação emitida em 2000 sobre procedimentos gerais (Recomendação n.º 3/00-CI), foi **recomendada a elaboração de um Manual de Procedimentos** em matéria de **Segurança dos Procedimentos Informáticos**, que veio a ser elaborado e aprovado por despacho do Presidente do TC, e foi **recomendada a realização de uma auditoria externa, anual, aos procedimentos de segurança adoptados pelo Tribunal.**

Para além destas actividades, foram desenvolvidas outras, em especial, as de consultadoria e planeamento, gestão interna e as relacionadas com as relações externas.



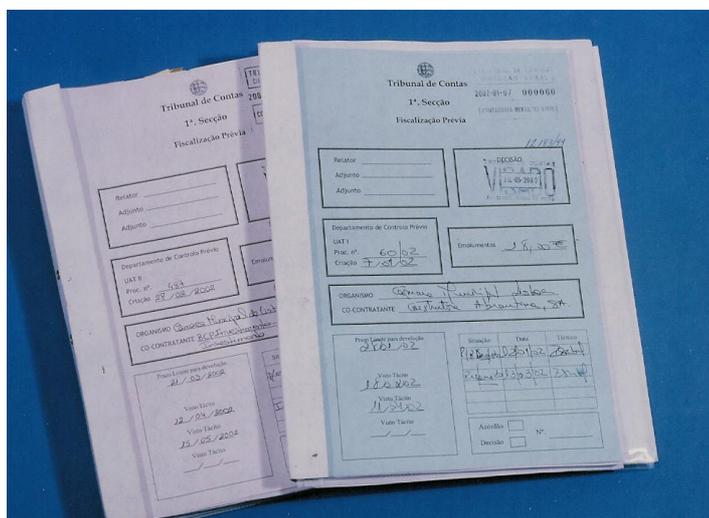
Junto do Tribunal funciona ainda o **Ministério Público (MP)**, que se faz representar, na Sede, por três Procuradores-Gerais Adjuntos e, em cada Secção Regional, por um magistrado para o efeito designado pelo Procurador-Geral da República.

O MP é apoiado através de um núcleo formado por funcionários da Direcção-Geral do Tribunal de Contas os quais desenvolvem a actividade de apoio técnico e administrativo na sua directa dependência funcional.

Durante o ano de 2001, de um total de **319 processos** (190 da Sede, 97 da SR dos Açores e 32 da SR da Madeira), **dos quais 39 transitados de 2000**, o MP **requereu o julgamento em 40 processos**, na Sede (29 relativos a remessa intempestiva de processos de visto, 6 relativos a relatórios de auditoria e 5 relativos a relatórios de órgãos de controlo interno). Absteve-se de requerer julgamento ou pronunciou-se pelo seu **arquivamento em 98 processos** (83 na Sede e 15 na SRM). Foram amnistiados 13, na Sede. Obtiveram outro tipo de despacho 105 processos (8 na Sede e os 97 processos da SRA).

4.1. CONTROLO FINANCEIRO PRÉVIO

O controlo financeiro prévio ou *a priori* está atribuído à **1.ª Secção** do Tribunal de Contas na Sede e às **Secções Regionais dos Açores e da Madeira**. É exercido mediante a **concessão ou recusa de Visto** aos actos e contratos, nos termos da lei.



O **Visto** consiste no exame da legalidade financeira dos actos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras (directas ou indirectas), tipificados na lei.

No ano de 2001, o **Tribunal de Contas** (Sede e Secções Regionais), no exercício do controlo prévio de actos e contratos geradores de despesa pública, **controlou um total de 11 165 milhões de euros de despesa e recusou o visto a contratos cuja despesa ascendia a cerca de 204 milhões de euros** (ver quadro sobre evolução da despesa controlada e inviabilizada de 1999 a 2001, à frente), correspondentes a **4 688 processos** remetidos por **870 entidades** da Administração central, regional e local.

Movimento processual do visto em 2001

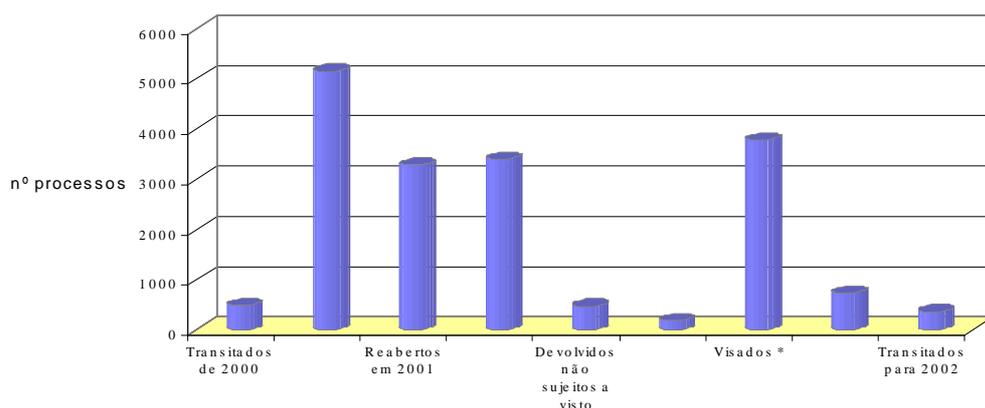
Processos de Visto e Tipos de decisão	Sede	Secções Regionais		TOTAL
	1ª Secção	Açores	Madeira	
Transitados de 2000	456	3	24	483
Entrados em 2001	4646	328	175	5149
Reabertos em 2001	2846	181	254	3281
Total para análise em 2001	7948	512	453	8913
Devolvidos para comp. Instrução	2957	176	263	3396
Devolvidos não sujeitos a visto	425	24	17	466
Recusado o visto	161	5	16	182
Visados *	3350	300	129	3779
Visto Tácito	79	0	8	727
Total findos em 2001	4230	305	153	4688
Transitados para 2002	336	7	20	363

* inclui 1349 processos homologados conformes.



Dos processos para análise, foram **devolvidos** às respectivas entidades **3 396 para complemento de instrução** (38% dos processos para análise) e **466 por não estarem sujeitos a Visto**. A percentagem dos processos devolvidos para complemento de instrução, apesar de ser um pouco menor do que em 2000 (menos 4%), revela que ainda são recebidos no Tribunal muitos processos deficientemente instruídos.

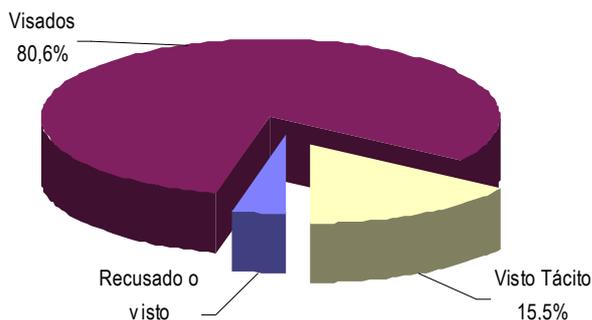
Movimento processual do visto em 2001



* Incluí 1349 declarados conformes.

Dos processos efectivamente controlados, foi **concedido o Visto** a um total de **3 779 processos**, 108 dos quais com recomendações do Tribunal, foi **recusado o Visto a 182 processos** e **727** obtiveram **Visto tácito**. Em 53% dos processos, representando 80% da despesa dos processos recusados, o fundamento para a recusa de Visto foi o facto de todas as propostas, ou a mais conveniente, oferecerem preço total consideravelmente superior ao preço base do concurso.

Actos e contratos controlados em 2001



Processos de actos e contratos controlados	Espécie processual			TOTAL
	Pessoal	Empreitadas	Outros	
Recusado o Visto	1	175	6	182
Visados	1	2 677	1 101	3 779
<i>declarados conformes</i>	0	1 197	152	1 349
<i>informados</i>	1	1 340	929	2 270
<i>sem recomendações</i>	0	37	15	52
<i>com recomendações</i>	0	103	5	108
Visto Tácito	0	597	130	727
Total	2	3 449	1 237	4 688

Do total de processos controlados, cerca de **74% são processos de contratos de empreitadas** e os restantes correspondem a processos de aquisição de bens e serviços e a processos de actos representativos de quaisquer outros encargos e responsabilidades.

Processos de visto controlados em 2001

Administração	Espécie processual			TOTAL	
	Pessoal	Empreitadas	Outros		%
Adm. Central	0	565	370	935	19,9%
Adm. Regional	2	129	31	162	3,5%
Adm. Local	0	2755	836	3591	76,6%
Total findos em 2001	2	3449	1237	4688	100,0%

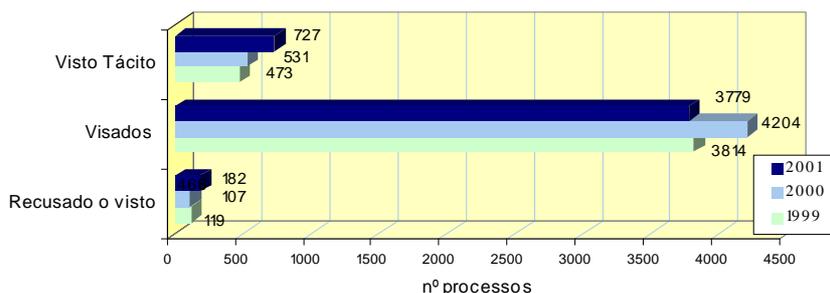
No referente à distribuição dos **processos controlados** em 2001 verifica-se que **76,6%** dos mesmos provêm de entidades da **Administração Local**, **19,9%** de entidades da **Administração Central** e apenas **3,5%** de entidades da **Administração Regional** (regiões autónomas dos Açores e da Madeira).

No **trienio 1999/2001**, conforme se pode ver nos quadro e gráfico seguintes, o número de processos visados aumentou de 1999 para 2000, tendo diminuído de 2000 para 2001. Relativamente aos processos em que foi *recusado o Visto*, o seu número aumentou de 70% de 2000 para 2001, depois de ter reduzido de 10% de 1999 para 2000. O número de processos com *Visto tácito* aumentou nos dois anos.



Processos de visto controlados no triénio 1999-2001

Processos findos	Anos				
	1999	2000	Var %	2001	Var %
Recusado o visto	119	107	-10,1%	182	70,1%
Visados	3814	4204	10,2%	3779	-10,1%
Visto Tácito	473	531	12,3%	727	36,9%
Total findos	4406	4842	9,9%	4688	-3,2%



Com a recusa de Visto, o Tribunal inviabiliza a realização da totalidade ou parte da despesa do respectivo contrato. Assim, nos anos de **1999 a 2001**, tendo sido controlada despesa no montante de 25 729 milhões de euros, foi recusado o **Visto em 408 processos** (119 em 1999, 107 em 2000 e 182 em 2001) **correspondentes a contratos que envolviam despesa no montante de 417 milhões de euros**, o que corresponde a 2 % da despesa controlada.

Ainda no triénio, dum universo de cerca de 10 000 entidades sujeitas ao controlo do Tribunal de Contas, no âmbito do controlo prévio, foram controladas **658 entidades em 1999, 941 em 2000 e 870 em 2001** (ver quadro seguinte).

Evolução da despesa controlada e inviabilizada de 1999 a 2001

(Despesa: milhares de euros)

Sede e SRs	1999			2000			2001		
	Nº entidades controladas	Despesa controlada	Despesa processos recusados	Nº entidades controladas	Despesa controlada	Despesa processos recusados	Nº entidades controladas	Despesa controlada	Despesa processos recusados
Sede	575	5 761 116	134 833	823	8 028 541	57 073	771	10 396 709	186 573
SRA	47	205 465	868	69	162 630	6 280	68	355 584	598
SRM	36	144 008	11692	49	261406	2 392	31	413 108	16 722
Total	658	6 110 588	147 392	941	8 452 576	65 746	870	11 165 402	203 893

O Tribunal, no exercício do controlo prévio, em face da **desconformidade dos actos e contratos com as leis em vigor**, *recusa o Visto* ou *concede o Visto e faz recomendações* (108 processos em 2001) aos serviços e organismos no sentido de suprirem ou evitarem no futuro tais ilegalidades (quando se trate de ilegalidade que altere ou possa alterar o respectivo resultado financeiro).

CONTROLO PRÉVIO – PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS DETECTADAS

- Recurso ao ajuste directo sem fundamento legal para o efeito;
- Qualificação como *trabalhos a mais* de trabalhos não enquadráveis no respectivo conceito legal;
- Compensação indevida de trabalhos a mais com trabalhos a menos;
- Insuficiente fundamentação do acto adjudicatório;
- Adjudicação por preços consideravelmente superiores ao preços base postos a concurso;
- Lançamento de obras sem fixação prévia do respectivo preço base;
- Diluição nas propostas dos empreiteiros de valores relacionados com aquisição de bens, designadamente viaturas, não relacionadas directamente com as empreitadas;
- Incumprimento das regras relativas à competência para autorizar despesas, nomeadamente nos contratos adicionais;
- Não inclusão da fórmula de cálculo da revisão de preços no caderno de encargos ou no texto contratual;
- Omissão da fixação dos critérios de avaliação da capacidade financeira e económica dos concorrentes;
- Insuficiente especificação nos contratos de empréstimos dos investimentos a financiar;
- Insuficiência de verbas para fazer face aos encargos assumidos, nomeadamente ao nível do PIDDAC;
- Pagamentos ao abrigo de contratos promessa sem que estes tivessem sido submetidos a fiscalização prévia.

Refira-se que, na generalidade das situações, e relativamente às **recomendações formuladas pelo Tribunal em controlos efectuados em anos anteriores**, as entidades visadas procuraram acatar as mesmas, não repetindo nos procedimentos subsequentes os vícios apontados.



As decisões finais de recusa, concessão e isenção de *Visto*, bem como as que respeitem aos emolumentos calculados pelo Tribunal, incluindo as proferidas pelas Secções Regionais, **podem ser impugnadas por recurso para o plenário da 1ª Secção - recurso ordinário.**

Recursos ordinários - movimento processual em 2001

Recursos ordinários e tipos de decisão	Origem			TOTAL
	Sede 1ª Secção	Secção Regional Açores	Secção Regional Madeira	
Transitados de 2000	12	0	0	12
Distribuídos em 2001	70	1	4	75
Total para julgamento em 2001	82	1	4	87
Indeferimento liminar	1			1
Julgado procedente	8	1	0	9
Julgado improcedente	58	0	2	60
Isentos de visto	2	0	0	2
Outras situações	1	0	0	1
Total de decisões em 2001	70	1	2	73
Transitados para 2002	12	0	2	14

Assim, no ano de 2001, de um total de 73 decisões em processos de recurso ordinário, decorrentes da actividade do controlo prévio, **foram julgados procedentes 9 processos** (revogada a decisão recorrida) e **60 foram julgados improcedentes** (confirmada a decisão da qual se recorreu).

Recursos ordinários – decisões proferidas em 2001

Tipos de decisão	Administração			TOTAL
	Central	Regional	Local	
Indeferimento liminar	0		1	1
Julgado procedente	2	1	6	9
Julgado improcedente	9	1	50	60
Isentos de visto	0	0	2	2
Outras situações	1	0	0	1
Total de decisões em 2001	12	2	59	73

Relativamente à origem dos processos de cujas decisões foram interpostos recursos, verifica-se que 81% dos mesmos provêm de entidades da Administração Local (59 processos); 16% de entidades da Administração central (12 processos); e apenas 3% de entidades da Administração Regional (2 processos).

Em termos de **recurso extraordinário**, apenas foi interposto um, na Sede do Tribunal, num processo remetido por uma entidade da Administração Local, tendo o mesmo sido indeferido liminarmente.

Para apreciação do **Ministério Público (MP)** foram remetidos **109 processos de visto (remessa intempestiva de processos de visto)**, sendo 47 na Sede, 50 na SR dos Açores e 12 na SR da Madeira. O MP requereu julgamento em 29 desses processos e mandou arquivar 18, na Sede; finalizaram 53 (3 na Sede e os 50 da SRA) por outros motivos; e transitaram 20 processos para 2002 (8 da Sede e os 12 da SRM).



4.2. CONTROLO FINANCEIRO CONCOMITANTE

O controlo concomitante é exercido mediante a realização de auditorias aos procedimentos administrativos relativos a actos e contratos geradores de despesa pública que não devam ser remetidos para fiscalização prévia, da competência da **1ª Secção**, e à actividade financeira antes do encerramento da respectiva gerência, da competência da **2ª Secção**, bem como em ambos os casos da competência das **Secções Regionais**.

Os **relatórios de auditoria de fiscalização concomitante podem servir de base à verificação da respectiva conta e a processo de efectivação de responsabilidades ou de multa**. A fiscalização concomitante permite ainda que se ordene a remessa de actos e contratos para fiscalização prévia quando são detectadas ilegalidades nos respectivos processos.

Saliente-se que, sendo as auditorias de fiscalização concomitante desenvolvidas ao longo do ano, os respectivos relatórios são, normalmente, aprovados no ano seguinte.

Durante o ano de 2001 foram concluídas com a aprovação do respectivo relatório **30 auditorias** orientadas de fiscalização concomitante (**18 na Sede** – apenas 1 não transitada de 2000 –, **5 na Secção Regional dos Açores** e **7 na Secção Regional da Madeira**).

Das auditorias concluídas, **16 incidiram junto de entidades do Sector Público Administrativo Autárquico**: Câmaras Municipais do Bombarral, de Póvoa do Varzim, de Lagos, de Castro de Marim, de Alcochete, de Rio Maior, de Setúbal, do Nordeste e de Santa Cruz da Graciosa, nos Açores, e Câmaras Municipais do Funchal, de Santana, de Câmara de Lobos e do Porto Santo e Juntas de Freguesia de Câmara de Lobos, do Porto Santo e Santana, Madeira.

No âmbito do **Sector Público Administrativo do Estado** concluíram-se as seguintes **14 auditorias**:

- Na área da educação: Escola Superior de Gestão de Santarém, Faculdade de Direito de Coimbra, Escola Básica 2+3 da Baixa da Banheira;
- Na área da saúde: Hospitais Pulido Valente e Santa Luzia de Elvas, Instituto de Oncologia de Coimbra, Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa e Direcção Regional de Saúde, nos Açores;
- Outras áreas: Instituto de Reinserção Social, Polícia Judiciária, Serviço Nacional de Protecção Civil, DG da Solidariedade e Segurança Social, GEPI e Junta Autónoma do Porto da Horta.



O **Ministério Público** foi notificado dos relatórios de auditoria aprovados pelo Tribunal em sede de fiscalização concomitante. Assim, de um total de **26 relatórios** (14 na Sede, 5 na SRA e 7 na SRM), por proposta do MP foram mandados arquivar 9 processos na Sede e 5 na Secção Regional da Madeira e finalizaram 5, por outros motivos, na Secção Regional dos Açores. Transitaram 7 processos para 2002 (5 na Sede e 2 na SRM).

Em 2001 foram ainda desenvolvidas 29 auditorias (11 na Sede, 7 na SRA e 12 na SRM), das quais 24 com um grau de realização igual ou superior a 70% (11 na Sede – todas estas com grau de execução superior a 85 % –, 3 na SRA e 11 na SRM), encontrando-se no final do ano na fase de relato ou de anteprojecto do relatório.

Os relatórios das auditorias integram um conjunto de **observações formuladas pelo Tribunal** relativamente aos procedimentos levados a cabo pelas entidades auditadas, das quais se destacam as seguintes:

CONTROLO CONCOMITANTE – PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES

Em actos e contratos geradores de despesa de pessoal

- Ausência ou insuficiência de fundamentação na celebração de contratos de trabalho a termo certo e de prestação de serviços, bem como utilização dos mesmos para a satisfação de necessidades permanentes dos serviços;
- Falta de informação de cabimento de verba e respectiva cativação, no início do procedimento;
- Admissão de pessoal sem que reúna os requisitos legalmente exigidos;
- Acumulação de funções docentes e não docentes sem que se cumpram os limites legais;
- Incumprimento das regras referentes às reclassificações profissionais;
- Avisos de abertura de concurso em que não foi indicado o sistema de classificação final;
- Produção de efeitos de actos e contratos em momento anterior à respectiva publicação, fora dos casos em que a lei presume ou permite a declaração de urgente conveniência de serviço.

Em processos de aquisição de bens e serviços e de empreitadas de obras públicas:

- Inexistência de critérios que presidam à determinação das prioridades na escolha das aquisições previstas em programas e projectos do PIDDAC;
- Inexistência de controlo interno;
- Errada aplicação do critério de adjudicação segundo o mais baixo preço, em contrato de fornecimento contínuo, por serem considerados apenas os preços unitários sem atender à estimativa das quantidades, o que é susceptível de afectar o resultado financeiro do contrato;
- Não redução a escrito de contrato de empreitada com valor superior a 5 000 contos, em violação do disposto no n.º 2 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 405/93, em conjugação com o disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março;
- Contrato de aquisição de serviços sem o conteúdo mínimo previsto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março, não tendo sido convencionado o regime de pagamentos, as sanções aplicáveis em caso de incumprimento e as condições de denúncia e de rescisão;
- Celebração de contratos de aquisição de bens e de serviços sem que dos respectivos processos conste uma estimativa do valor global do contrato;
- Falta de realização dos descontos obrigatórios para a Caixa Geral de Aposentações, no âmbito dos contratos de empreitadas de obras públicas (ainda que não reduzidos a escrito).



Os relatórios integram ainda as **recomendações feitas pelo Tribunal** no sentido da correcção das irregularidades/ilegalidades detectadas.

O Tribunal recomendou, nomeadamente:

- Maior rigor na fundamentação e no recurso a contratos de trabalho a termo certo e na celebração de contratos de prestação de serviço, na aplicação dos diplomas referentes ao recrutamento e selecção de pessoal para os quadros da Administração Pública e na aplicação das regras do Estatuto da Carreira Docente Universitária;
- Que as aquisições inseridas em programas e projectos do PIDDAC sejam precedidas de informação que evidencie os critérios utilizados na escolha desses projectos em detrimento de outros igualmente previstos;
- A instituição de sistemas de controlo interno;
- A redução a escrito dos contratos de empreitada com valor superior a 10 000 contos, nos termos do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março;
- Que na celebração dos contratos de aquisição de serviços seja respeitado o conteúdo mínimo previsto no artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 197/99.

Na generalidade os serviços acataram as recomendações do Tribunal, procedendo à correcção das ilegalidades ou irregularidades detectadas ou até à anulação dos respectivos actos ou contratos, **quer durante o desenvolvimento do próprio trabalho de campo, quer no momento do exercício do contraditório ou ainda posteriormente.**

Em termos de **balanço do triénio 1999/2001**, ao longo do qual se realizaram **60 auditorias** de controlo concomitante (17 em 1999, 13 em 2000 e 30 em 2001), pode concluir-se que os serviços da Administração Central, Local e Regional recorrem frequentemente à celebração de contratos de trabalho a termo certo e de contratos de prestação de serviço, com desrespeito das normas substantivas e procedimentais aplicáveis, contrariando também as várias orientações legislativas que apontam para a diminuição da utilização destas figuras contratuais.

Acresce ainda uma falta de rigor na aplicação das normas, princípios e garantias referentes ao recrutamento, selecção e mobilidade de pessoal.

No que respeita a acumulações de funções públicas e privadas e, em especial, nos domínios do Ensino Superior e da Saúde, verificaram-se algumas irregularidades, nomeadamente, a inexistência ou desactualização dos respectivos despachos autorizadores, o desrespeito dos limites legalmente estabelecidos e a incompatibilidade dos horários definidos.

A fiscalização concomitante, ao centrar-se essencialmente nos procedimentos em curso, comporta uma perspectiva simultaneamente preventiva e pedagógica.

4.3. CONTROLO FINANCEIRO SUCESSIVO

O controlo sucessivo ou *a posteriori*, da competência da **2ª secção e das Secções Regionais**, é exercido depois de terminado o exercício ou a gerência e elaboradas as contas anuais, e consubstancia-se em **operações e actos de simples apreciação**.

A principal modalidade de controlo sucessivo consiste na apreciação da execução do Orçamento do Estado e concretiza-se na elaboração do **Parecer sobre a Conta Geral do Estado**, cuja aprovação compete ao *Plenário Geral do Tribunal* (nas Secções Regionais elabora-se o Parecer sobre a conta da respectiva *Região Autónoma*, que é aprovado por um *Colectivo* que para o efeito se reúne na sede de cada Secção Regional).

No âmbito da *elaboração do Parecer* o Tribunal aprecia a actividade financeira do Estado nos domínios das receitas, das despesas, da tesouraria, do recurso ao crédito público e do património, incluindo os fluxos financeiros com a União Europeia e entre o Orçamento Estado e o sector empresarial do Estado.

A competência opinativa exerce-se ainda através da:

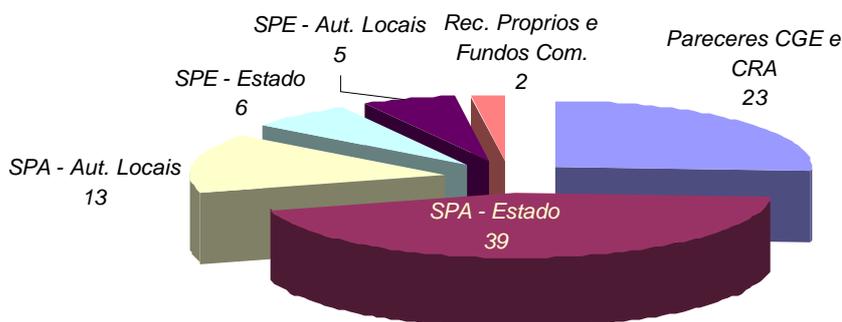
- **verificação externa de contas** das entidades do SPA, com vista a efectuar a avaliação dos respectivos sistemas de controlo interno, apreciando a legalidade, a eficiência e a eficácia da sua gestão financeira;
- realização de **auditorias** sobre a legalidade, a boa gestão financeira e os sistemas de controlo interno, tendo por base determinados actos, procedimentos, aspectos parcelares da gestão financeira ou a sua globalidade;
- **verificação interna de contas**, que consiste na análise e conferência da conta apenas para demonstração numérica das operações realizadas que integram o débito e o crédito da gerência com evidência dos saldos de abertura e de encerramento.

A **auditoria** é actualmente um método importante da acção do Tribunal de Contas, recorrendo este, no exercício da suas funções de controlo, a vários tipos de auditoria, que se encontram discriminadas no *Manual de Auditoria do Tribunal*.

Na Sede e nas Secções Regionais, no decurso do ano de 2001, foram concluídos **os relatórios e Pareceres sobre a Conta-Geral do Estado e as contas das Regiões Autónomas, de 1999**, bem como os pareceres sobre as **contas da Assembleia da República e das Assembleias Legislativas Regionais**; foram concluídas **88 auditorias** (61 na Sede, 19 na SRA e 8 na SRM), realizadas no âmbito dos diversos domínios de controlo; foi feita a **verificação externa de 5 contas** (3 na Sede e 2 na SRM) e foi realizada a **verificação interna de 979 contas** (933 na Sede, 23 na SR dos Açores e 23 na SR da Madeira) com homologação do Tribunal.



Relatórios de auditoria por domínios de controlo



O **Ministério Público (MP)** foi notificado, em 2001, de 89 relatórios de auditoria de controlo sucessivo (59 na Sede, 11 na SR da Madeira e 19 na SR dos Açores), de 5 relatórios de verificação externa de contas (3 na Sede e 2 na SR da Madeira), de 23 verificações internas de contas aprovadas na SR dos Açores, 23 verificações internas de contas homologadas na SR da Madeira e de 28 relatórios de órgãos de controlo interno, na Sede.

De um total de **173 relatórios** (118 na Sede, 42 na SRA e 13 na SRM) **para apreciação em 2001**, o MP requereu julgamento em 11 deles (6 relatórios de auditoria, que deram origem a 2 processos de julgamento de contas e a 4 processos de julgamento de responsabilidade financeira, e 5 relatórios de órgãos de controlo interno que originaram 5 processos de julgamento de responsabilidade financeira), na Sede. Absteve-se ou mandou arquivar 66 processos (56 na Sede e 10 na SRM) e absteve-se parcialmente em 4 (na Sede). Foram amnistiados 13, na Sede. Terminaram por outros tipos de parecer 43 processos (42 dos quais da SRA).

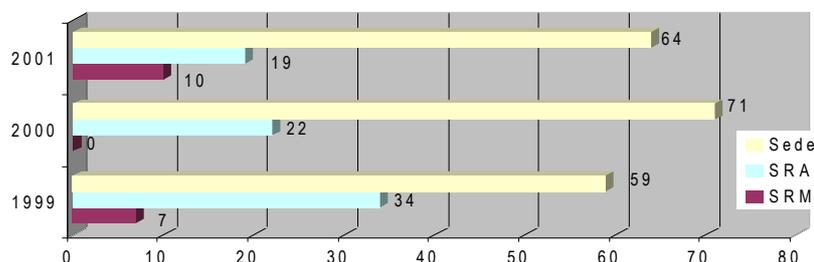
Ministério Público – 2001

Tipologia dos Relatórios	Transmitidos 2000	Entradas 2001	Parecer					A transferir 2002
			Abstenção /Arquivo	Abstenção parcial	Requerimento Julgamento	Amnistia	Outras Situações	
Relatórios de auditoria de fiscalização sucessiva	13	89	46	4	6	4	19	23
Relatórios de Verificação Externa de Contas	5	5	9					1
Relatórios de Órgãos de Controlo Interno	10	28	11		5	9	1	12
Relatórios de Verificação Interna de Contas		23					23	0
Total	28	145	66	4	11	13	43	49

No triénio 1999/2001 o Tribunal conclui **286 auditorias e verificações externas de contas** realizadas nos diversos domínios de controlo identificados no quadro seguinte, sendo 194 na Sede, 75 na Secção Regional dos Açores e 17 na Secção Regional da Madeira (gráfico seguinte) e **2 751 verificações internas de contas**.

Auditorias e VEC concluídas no triénio 1999/2001, por domínios de controlo

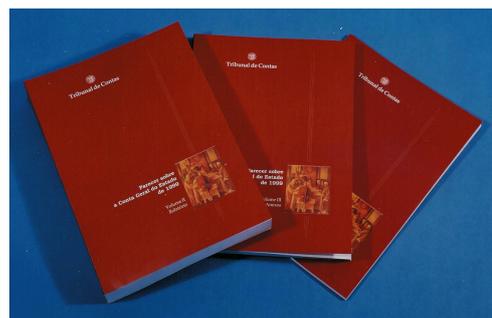
Domínios de controlo	1999	2000	2001	Total
Pareceres CGE e CRA	13	23	23	59
SPA - Estado	44	45	44	133
SPA - Autarquias Locais	30	13	13	56
SPE - Estado	4	4	6	14
SPE - Autarquias Locais	7	7	5	19
Rec. Proprios e Fundos Comunitários	2	1	2	5
Total	100	93	93	286



A actividade de controlo sucessivo desenvolvida em 2001, que a seguir se apresenta, está organizada por programas.

PARECERES SOBRE AS CONTA GERAL DO ESTADO (CGE) E CONTAS DAS REGIÕES AUTÓNOMAS (RA)

Dos trabalhos desenvolvidos, em 2001, com vista à elaboração dos **Pareceres sobre as CGE e contas das RA de 1999**, refira-se a conclusão de **22 auditorias** (14 na Sede, 7 na Secção Regional dos Açores e 1 na Secção Regional da Madeira), de **85 acções de análise interna** (26 na Sede, 41 na SRA e 18 na SRM) e a elaboração do **Parecer sobre a conta da Segurança Social de 1999**.



O Parecer sobre a CGE de 1999 foi aprovado pelo **Plenário Geral**, em sessão de 28 de Junho de 2001, e os Pareceres sobre as Contas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, relativos ao ano de 1999, foram aprovados pelo **Colectivo** previsto no n.º 1 do art.º 42 da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, respectivamente em sessões de 19 de Junho de 2001 e de 10 de Julho de 2001.



No âmbito do **Parecer sobre a CGE de 1999** foram concluídas **14 auditorias**, das quais 10 com relatório aprovado e 4 integradas no Parecer. Estas auditorias (7 orientadas, 1 de programa, 3 de sistemas e 3 financeiras) tiveram por objecto:

- ◆ Apoios concedidos:
 - ▶ *Pelo INH no âmbito do programa Realojamento – PER;*
 - ▶ *Pelo Instituto de Comunicação Social, no âmbito dos sistemas de incentivos à comunicação social (auditoria orientada);*
 - ▶ *Pelo projecto VIDA (auditoria orientada);*
 - ▶ *Pelo ex-Fundo para a Cooperação Económica, actual Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD) (auditoria orientada);*
- ◆ Despesas excepcionais do Ministério das Finanças – bonificações e compensações de juros e apoio ao arrendamento jovem – DGT (auditoria orientada);
- ◆ Assunção de passivos e regularização de responsabilidades (auditoria orientada);
- ◆ Dívida garantida (auditoria orientada);
- ◆ A aplicação, em 1999, do produto dos empréstimos (auditoria orientada);
- ◆ Reembolsos do IVA (auditoria financeira);
- ◆ Contabilidade do Tesouro – DGT (auditoria financeira);
- ◆ Benefícios Fiscais do art.º 49ª-A do EBF – DGCI (auditoria de sistemas);
- ◆ Benefícios Fiscais do art.º 21 do EBF (Planos de Poupança Reforma) – DGCI (auditoria financeira);
- ◆ Sistema de Controlo Interno no âmbito da contabilização da receita – Direcção de Finanças de Lisboa (auditoria de sistemas);
- ◆ Sistema de Controlo Interno da Alfândega de Faro (auditoria de sistemas).



Ainda no âmbito da preparação do **Parecer sobre a CGE de 1999**, foram realizadas **26 acções de análise interna** referentes fundamentalmente a: orçamento e alterações orçamentais; execução do orçamento; encerramento da Conta; encargos com a Dívida Pública e movimentos da Dívida Pública; património financeiro do Estado e dos Fundos e Serviços Autónomos; fluxos financeiros entre o Estado e o SPE; contribuições para a União Europeia; fluxos financeiros da UE para Portugal; contabilidade do Tesouro; receita orçamental; comparação entre inscrições na contabilidade do Tesouro e contas das Tesourarias de Finanças, do IVA e da DGAIEC; e execução global do PIDDAC.

Dos trabalhos desenvolvidos com vista à elaboração do **Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 1999**, para além de **41 acções de análise interna**, concluíram-se as **7 auditorias** seguintes:

- ◆ À aquisição de bens de capital;
- ◆ À movimentação das receitas consignadas;
- ◆ À Escola ESG/B de Lagoa;
- ◆ Ao Sistema de Incentivos Regional – subsistema SIRAPA;
- ◆ Ao projecto apoiado pelo IFOP Modernização Unid. Transf. Comercial António Mineiro & Andrade;
- ◆ Ao projecto apoiado pelo FEOGA-O Mod. culturas industriais – José António G. Pacheco;
- ◆ Infância e Juventude – Prestações Pecuniárias e Subsídios a Instituições.



Com vista à elaboração do Parecer sobre a Conta da Região Autónoma da Madeira de 1999 concluíram-se 2 auditorias: à Dívida Pública e Património Regional; e aos Apoios/subsídios atribuídos pela Secretaria Regional do Turismo e Cultura ao Sector do Turismo e no âmbito da “Animação e Acontecimentos Especiais”. Foram ainda desenvolvidas 18 acções de análise interna.

Relativamente aos trabalhos preparatórios dos **Pareceres sobre a CGE de 2000** e sobre as **Contas das Regiões Autónomas de 2000**, foram desenvolvidas 35 acções preparatórias de análise interna (15, não concluídas, na Sede, 12 na SRA e 8 na SRM) e 23 auditorias, ainda não concluídas no final de 2001, (12 na Sede, 8 na SRA e 3 na SRM) e foi elaborado o projecto de **Parecer sobre a conta da Segurança Social de 2000**.

Dos Pareceres sobre a Conta Geral do Estado e sobre as contas das Regiões Autónomas constam as conclusões bem como as recomendações feitas pelo Tribunal. Os **Pareceres relativos ao ano de 1999**, elaborados pelo Tribunal em 2001, para além de terem sido remetidos à Assembleia da República foram publicados na II série do Diário da República, onde podem ser consultados.

Assim:

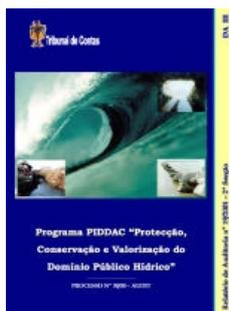
- Parecer sobre a Conta Geral do Estado – DR n.º 24, de 29 de Janeiro de 2002, suplemento;
- Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores - DR n.º 188, de 14 de Agosto de 2001, suplemento;
- Parecer sobre a Conta da Região Autónoma da Madeira - DR n.º 17, de 21 de Janeiro de 2002, suplemento.

CONTROLO DO SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO DO ESTADO



No âmbito do controlo do Sector Público Administrativo do Estado, foram concluídas **39 auditorias** (27 na sede, 8 na SRA e 4 na SRM) e elaborados os **Pareceres da Conta da Assembleia da República**, relativa ao ano de 1999, e **das Assembleias Legislativas Regionais**, relativas ao ano de 2000 (Açores) e relativas aos anos de 1998 e de 1999 (Madeira).

Assim, no âmbito do controlo das **despesas de investimento e desenvolvimento da Administração Central e da Administração Regional – PIDDAC e PIDDAR** – foram realizadas **3 auditorias** (1 na Sede e 2 na SRM):



- ◆ Ao programa *Protecção, conservação e valorização do domínio público hídrico* (auditoria operacional ou de resultados);
- ◆ Ao programa de *Construção e conservação de infra-estruturas rodoviárias, Madeira*;
- ◆ Aos projectos *Túnel da Encumeada e seus acessos, na Madeira, Via rápida Funchal-Aeroporto - 2ª fase e Circular à cidade do Funchal – cota 200 – 2ª fase*.

No âmbito das **Funções Gerais de Soberania e Funções Económicas** realizaram-se **12 auditorias** (8 na Sede, 2 SRA e 2 SRM), uma das quais no âmbito da elaboração do Parecer da Conta da AR de 1999. As restantes incidiram sobre:

- ◆ *Embaixada de Portugal em Madrid (auditoria financeira)*;
- ◆ *À Escola Náutica Infante D. Henrique (auditoria financeira)*;
- ◆ *Fundação para a Prevenção e Segurança – 1ª fase (auditoria financeira)*;
- ◆ *Instituto da Vinha e do Vinho (auditoria financeira)*;
- ◆ *Sistema de gestão e controlo instituído na área das receitas das Direcções Regionais do Ambiente e do Ordenamento do Território – Algarve (auditoria de sistemas)*;
- ◆ *Despesas com viagens e respectivos sistemas de gestão administrativa e de controlo interno na AR (auditoria financeira)*;
- ◆ *Sistema de gestão e controlo instituído na área das receitas das Direcções Regionais de Agricultura – Alentejo, Ribatejo e Oeste, Beira Litoral, Beira Interior e Algarve (auditoria de sistemas)*;
- ◆ *Alfândega de Ponta Delgada (1999)*;
- ◆ *Delegação Aduaneira de Angra do Heroísmo (1999)*;
- ◆ *Sistema de gestão e controlo do património financeiro – 1998, Madeira*;
- ◆ *Assembleia Legislativa Regional da Madeira – 1998 (auditoria orientada)*.



Na área da **Educação e Cultura** foram concluídas **9 auditorias**: 6 operacionais ou de resultados, na Sede, aos *Institutos Politécnicos de Tomar, de Bragança, da Guarda e do Cávado e do Ave* e ao *Fundo de Fomento Cultural* e ao *Instituto Português das Artes Cinematográficas e Audiovisuais*; e 3, na SRA, às escolas *EB2,3 de Angra do Heroísmo* e de *Canto da Maia* e *EBI da Graciosa*.



Nos domínios da **Saúde e das Finanças** concluíram-se **10 auditorias** (7 orientadas, na Sede, e 3 na SRA), desenvolvidas junto das seguintes entidades:

- ◆ Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIF) - *avaliação da economia e da eficácia dos concursos públicos centralizados*;
- ◆ *Hospitais de Vila Franca de Xira, de Santa Marta, Distrital de Tomar e Centro de Medicina e Reabilitação de Alcoitão* - *despesas e regularizações de pessoal* (4 auditorias);
- ◆ *Hospital S. João do Porto, Instituto Português de Oncologia do Porto e Unidade Local de Matosinhos* - *exercício de clínica privada*;
- ◆ *Secretaria Geral do MF* - *aquisição de bens e serviços e outras contratações de pessoal*;
- ◆ *Centros de Saúde de Ponta Delgada, Santa Cruz da Graciosa e Angra do Heroísmo*.

Na área da **Segurança Social, Emprego e Formação Profissional**, na Sede, foram concluídas as **5 auditorias** (2 financeiras, 1 de sistemas e 2 de projecto ou programa) que incidiram sobre:

- ◆ *Sistemas de controlo na atribuição de subsídios a IPSS com acordos de cooperação* (auditoria de sistemas);
- ◆ *Comissão Executiva para as comemorações do ano internacional das pessoas idosas* (auditoria de projecto ou programa);
- ◆ *Programa de Apoio Integrado a Idosos*;
- ◆ *Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência* (auditoria financeira);
- ◆ *Centro Nacional de Protecção Contra os Riscos Profissionais* (auditoria financeira).

Durante o ano de 2001 e ainda no âmbito do controlo do SPA, foram concluídas **5 verificações externas de contas de gerência** (3 na Sede e 2 na SRM), relativas aos seguintes organismos:

- ◆ *Fundo extraordinário de ajuda à reconstrução do Chiado*;
- ◆ *Tribunal de Contas – Sede (2000)*;
- ◆ *Hospital Espírito Santo de Évora*;
- ◆ *Escola secundária Francisco Franco (1999), da Madeira*;
- ◆ *Escola superior de enfermagem da Madeira (1997)*.



CONTROLO DO SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO DAS AUTARQUIAS LOCAIS

No âmbito do controlo do Sector Público Administrativo das Autarquias Locais, foram concluídas **9 auditorias financeiras**, na Sede, aos *Municípios de Vila Nova de Foz Côa, Castelo Branco, Santo Tirso, Sines, Torres Vedras, Vila Nova de Famalicão, Beja e Tavira*, e à *Associação dos Municípios de Cascais, Oeiras e Sintra para tratamento dos resíduos sólidos*.

Na SRA foram concluídas **3 auditoria**: 2 às Câmaras Municipais de Angra do Heroísmo e de Santa Cruz da Graciosa e 1 aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo.

Na SRM foi concluída **1 auditoria** ao sistema de controlo interno da Câmara Municipal da Calheta.

CONTROLO DOS RECURSOS PRÓPRIOS E FUNDOS COMUNITÁRIOS

No referente ao controlo dos *Fundos Comunitários*, foram concluídas **2 auditorias** operacionais ou de resultados: uma de *avaliação Global dos Impactos da Intervenção Operacional de Renovação Urbana do QCA II* e outra de *avaliação Global dos Impactos da PAC no domínio das Culturas Arvenses*.

Procedeu-se ainda à **preparação e ao acompanhamento de 10 auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas Europeu** a entidades nacionais, nos domínios do FEOGA-Garantia (3), do FEDER (1), Fundo de Coesão (1), do FSE (1), de outros Instrumentos Financeiros Comunitários (3) e dos Recursos Próprios Comunitários (1), 6 das quais realizadas no âmbito dos procedimentos que visam elaborar a declaração sobre a fiabilidade das contas (DAS).

Relativamente às auditorias realizadas pelo TCE, o Tribunal assegurou ainda que as entidades nacionais objecto desse controlo fossem ouvidas por forma a justificarem a sua gestão e a formularem as respostas que julgaram pertinentes, a ter em conta pelo TCE no relatório das mesmas.

CONTROLO DO SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL DO ESTADO E REGIONAL

No domínio do Sector Público Empresarial do Estado e das Regiões Autónomas foram realizadas as **6 seguintes auditorias** operacionais ou de resultados (4 na Sede, 1 na SRA e 1 na SRM):

- ◆ IPE – Investimentos e Participações Empresariais, SA;
- ◆ Acordo Global Estado/Lusoponte;



- ◆ Operações de Gestão da Carteira de Títulos do Estado (reprivatização da EDP- 3ª fase, aumento de capital da CP, saneamento e venda da seguradora O Trabalho, saneamento da Lisnave, saneamento e viabilização do HCVP e operação de venda da SOPORCEL);
- ◆ Metropolitano de Lisboa;
- ◆ Verdegol, Campos de Golf dos Açores, SA;
- ◆ Imprensa Regional da Madeira (1999).



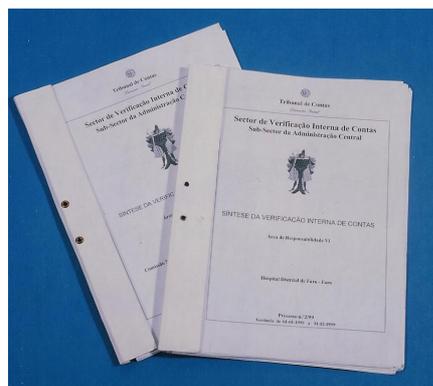
CONTROLO DO SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS

No domínio do controlo do Sector Público Empresarial Autárquico foram concluídas 5 auditorias, na Sede, aos seguintes projectos/entidades:

- ◆ FOSCÔAINVEST – Empreendimentos Imobiliários e Turísticos, SA e EM;
- ◆ TUST – Transportes Urbanos de Santo Tirso, SA;
- ◆ GEBALIS – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, EPM;
- ◆ PROMOTORRES – Sociedade de Promoção Turística e Cultural, Lda.
- ◆ TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, SA.

As observações e recomendações feitas pelo Tribunal no âmbito das auditorias concluídas constam dos respectivos relatórios. Parte dos mesmos encontram-se publicados na Internet, no site http://www.tcontas.pt/pt/actos/rel_auditoria/2001/audit2001.shtm, onde podem ser consultados (ver lista no fim deste relatório).

VERIFICAÇÃO INTERNA DE CONTAS



As contas susceptíveis de serem controladas pelo TC e que não são objecto de verificação externa, podem ser objecto de verificação interna pelos serviços de apoio do Tribunal, sendo homologadas pela 2ª Secção e Secções Regionais. Estas contas podem, no entanto, ser isentas de controlo sem prejuízo da possibilidade de serem analisadas com o objectivo de aferir o cumprimento das resoluções do Tribunal de Contas, de recolher informação financeira e de criar e/ou movimentar *dossiers* permanentes sobre as entidades sujeitas ao controlo.

Assim, durante o ano de 2001, considerando o estabelecido na Resolução n.º 4/2000 - 2ª Secção, de 26 de Outubro, e na Resolução do Plenário Geral, de 20 de Dezembro, foram objecto de verificação interna e de homologação **979 contas** (933 na Sede, 23 na SR dos



Açores e 23 na SR da Madeira), relativas a **755 entidades** e correspondendo a um volume financeiro controlado de cerca de **52 787 milhões de euros** (51 612 milhões na Sede, 1 059 milhões nos Açores e 115 milhões na Madeira) .

**Verificação interna de contas – contas homologadas em 2001
Sede e SRs**

Administração	Nº de contas	%	Nº entidades controladas	%	Vol. Financeiro (milhares de euros)	%
Adm. Central	739	75%	555	74%	48 758 921	92%
Adm. Local	203	21%	171	23%	2 905 824	6%
Adm. Regional	37	4%	29	4%	1 122 568	2%
Total	979	100%	755	100%	52 787 313	100%



Da totalidade das contas homologadas, 75% são relativas a entidades da Administração Central e correspondem-lhe 92% do volume financeiro controlado, 21% a entidades da Administração Local e correspondem-lhe 6% do volume financeiro controlado, e os restantes 4% são relativos a entidades da Administração Regional e correspondem-lhe apenas 2% do volume financeiro controlado.

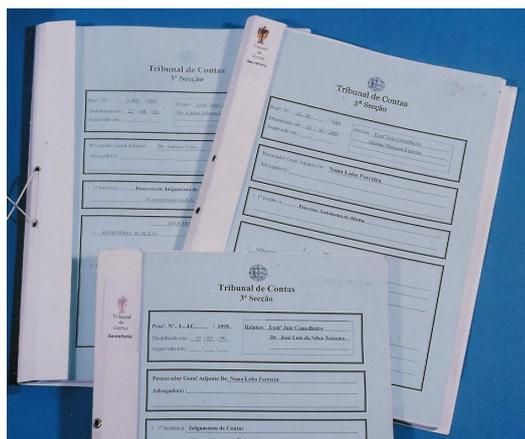
4.4. EFECTIVAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS



Cabe à **3ª Secção**, funcionando em **1ª instância**, com Juiz singular, o julgamento dos **processos de efectivação da responsabilidade financeira**, e, em **Plenário**, o julgamento dos **recursos das decisões proferidas em 1ª instância** na Sede e nas Secções Regionais, bem como os **recursos em matéria emolumentar**.

No que respeita às Secções Regionais, os processos de efectivação de responsabilidades de cada Secção são julgados pelo Juiz da outra Secção Regional.

Compete exclusivamente ao **Ministério Público** requerer, perante a 3ª Secção e as Secções Regionais, o julgamento dos processos de efectivação da responsabilidade financeira com base nos indícios de infracções financeiras contidos nos relatórios das acções de controlo realizadas pelas 1.ª e 2.ª Secções e pelas Secções Regionais.



As responsabilidades financeiras efectivam-se mediante processos de:

- julgamento de contas que têm origem em relatórios de verificação externa de contas;
- julgamento de responsabilidades financeiras que têm origem em relatórios de auditoria elaborados fora do processo de verificação externa de contas;
- fixação de débitos aos responsáveis ou de declaração de impossibilidade de julgamento, que têm origem na não prestação de contas ao Tribunal ou, quando prestadas, seja impossível formular um juízo sobre a consistência, fiabilidade e integridade das mesmas;
- multa.

A responsabilidade financeira, pode assumir as formas de responsabilidade financeira reintegratória ou de responsabilidade sancionatória ou punitiva.



A **responsabilidade financeira reintegratória** é efectuada mediante a instauração de *processos*, em caso de alcance ou de desvio de dinheiros ou outros valores, de pagamentos indevidos realizados pelos gestores públicos, prática, autorização ou sancionamento doloso que impliquem a não liquidação, cobrança ou entrega de receitas com violação das normas legais aplicáveis e traduz-se na condenação dos responsáveis na **reposição das importâncias em causa nos cofres da respectiva entidade pública**.

A **responsabilidade financeira sancionatória** é efectuada mediante a instauração de *processos próprios* nos casos em que ocorrem infracções financeiras previamente tipificadas na lei e traduz-se na **aplicação de multas**.

Em 2001, foram instaurados pelo Ministério Público, na Sede, 44 processos de efectivação de responsabilidade financeira, que deram entrada na 3ª Secção. Nas Secções Regionais não foram instaurados quaisquer processos. A 3ª Secção, funcionando em **1ª instância**, mandou **arquivar 20 processos** (18 dos quais por pagamento voluntário) e proferiu **sentença em 19 processos** (em 9 condenatórias e em 10 absolutórias). Para 2002 transitaram 21 processos. A sua repartição por tipos de processo é a constante do mapa seguinte.

Efectivação de Responsabilidades Financeiras em 2001 - 3ª Secção

Tipos de processo	Transitados 2000	Distribuídos em 2001	Decisões				Transitados para 2002
			Arquivo		Sentença condenatória	Sentença absolutória	
			Pag.volunt	Outras situações			
Julgamento de contas		2					2
Julgamento de resp. financeira	6	7	1	1	5	3	3
Fixação de débitos							
Multa	10	35	17	1	4	7	16
Total	16	44	18	2	9	10	21

No âmbito dos processos de responsabilidade financeira foram **ordenadas reposições no montante de 67 244,54 euros**, sobretudo resultantes de pagamentos indevidos, nomeadamente pela atribuição de subsídios ilegais e por pagamentos sem correspondência na efectiva realização de trabalhos.

Nos processos de multa foram aplicadas **sanções no montante de 11 522,23 euros**, fundamentalmente por incumprimento do prazo de remessa de processos a visto.

Relativamente aos **recursos** para julgamento, em **Plenário**, pela 3ª Secção, de um total de 14 processos foi **mandado arquivar 1** por pagamento voluntário e **foram proferidos acórdãos em 7 processos** (11 acórdãos); em 3 foi considerando improcedente ou negado provimento ao recurso e em 4 foi dado provimento ou considerado procedente o recurso. Os restantes 6 processos transitaram para 2002.

Processos de recurso em 2001 – Plenário da 3ª Secção

Tipos de processo	Transitados 2000	Distribuídos em 2001	Decisões				Transitados para 2002
			Arquivo		Julgado improcedente o recurso	Julgado procedente o recurso	
			Pagamento voluntário	Outras situações			
Recursos de decisões em 1ª instância	8	4	1		3	3	5
<i>Julgamento de contas</i>	1				1		
<i>Julgamento de resp. financeira</i>	4	3			2	2	3
<i>Multa</i>	3	1	1			1	2
Recursos matéria emolumentar	1	1				1	1
Total	9	5	1		3	4	6



4.5. CONSULTADORIA E PLANEAMENTO

No âmbito da actividade de consultadoria e planeamento, para além das funções de natureza consultiva e de planeamento, são desenvolvidas as de estudo e de investigação para apoio no âmbito dos sistemas de fiscalização e controlo e da participação técnica no âmbito da União Europeia e das organizações internacionais de que o Tribunal é membro.

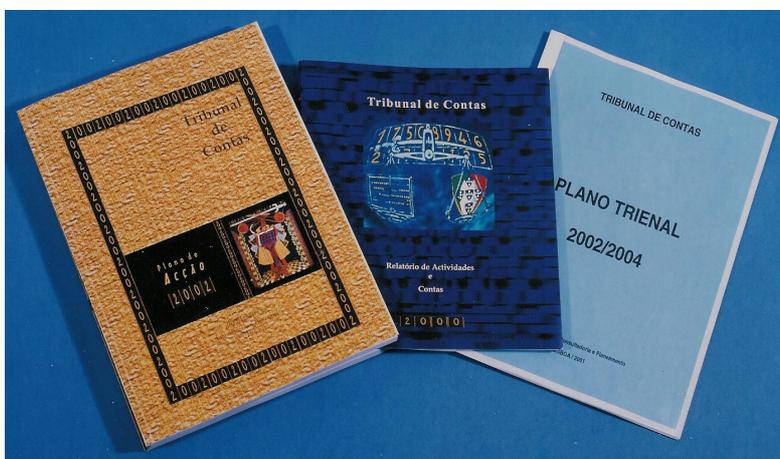
Assim, dos **12 estudos e 14 pareceres** elaborados salientam-se os seguintes:

- *Análise da proposta de lei do Governo e dos projectos dos grupos parlamentares do Bloco de Esquerda e do PCP, relativos ao regime do enquadramento do Orçamento de Estado;*
- *Análise da Lei do Orçamento do Estado para 2001 e das alterações à mesma;*
- *As novas formas de financiamento privado da actividade financeira pública e modalidades de financiamento público;*
- *Implicações práticas da aplicação do DL n.º 183/2000, de 10 de Agosto, aos processos jurisdicionais e recurso, nomeadamente quanto ao funcionamento da Secretaria do Tribunal;*
- *Análise da despesa no âmbito da cultura e seu controlo pelo TC na década de 90;*
- *O prazo máximo do vencimento dos contratos de financiamento aos municípios em matéria da promoção habitacional a custos controlados;*
- *Responsabilidade criminal de titulares de cargos públicos por violação de regras de execução orçamental;*
- *Remunerações a membros de conselhos de administração dos hospitais;*
- *Fundação para a Prevenção e Segurança – 5 pareceres no âmbito da auditoria realizada;*
- *Grupos parlamentares e controlo financeiro do Tribunal de Contas. Transferência de fundos da parte da Assembleia Legislativa Regional da Madeira para partidos políticos e grupos parlamentares.*

Foram ainda elaborados vários **estudos ou desenvolvidos temas** para **apresentação em congressos**, nomeadamente para os realizados no âmbito da INTOSAI, EUROSAI, OLACEFS e CPLP e preparam-se várias **respostas a questionários** remetidos por diversas **entidades** (INTOSAI, EUROSAI, Tribunais de Contas e/ou Gabinetes de Auditoria da Inglaterra, Espanha, Suécia, Finlândia, Holanda, Checoslováquia e Polónia).

Dos temas desenvolvidos destacam-se os seguintes:

- *Experiências no controlo de gestão dos órgãos públicos de preservação do meio ambiente em países da União Europeia – participação do TCP no XXI Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil;*
- *Estatuto da Organização das ISC da CPLP e Os Tribunais de Contas da CPLP e os desafios das auditorias, para o V Encontro dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa, realizado em 16 e 17 de Julho, em Ponta Delgada, nos Açores;*
- *Contributos para o Grupo de trabalho sobre Auditoria de Privatização e para as Linhas de orientação sobre Auditoria Ambiental, apresentados no XVII INCOSAI (INTOSAI), realizado em Seoul, em 2001;*
- *As privatizações em Portugal – análise de um caso prático, para XI Assembleia Geral das OLACEFS, realizada no Panamá, 20 a 24 de Agosto.*



No âmbito do planeamento, para além das tarefas anuais de coordenação e elaboração do Relatório de Actividades do ano transacto e do Plano de Acção do ano seguinte, salienta-se a coordenação e elaboração do Plano Trienal para 2002-2004 e a elaboração de um ponto de situação sobre a execução do Plano Trienal 1999/2001.



4.6. RELAÇÕES COM OS SERVIÇOS E ORGANISMOS DE CONTROLO INTERNO

Nos termos do art.º 12 da Lei 98/97, de 26 de Agosto, os serviços de controlo interno, nomeadamente as Inspeções-Gerais e quaisquer outras entidades de controlo ou auditoria dos serviços e organismos da Administração Pública, estão sujeitos ao dever de colaboração com o Tribunal de Contas, pelo que deverão remeter ao TC os seus programas anuais e plurianuais de actividades e respectivos relatórios de actividades e os relatórios das suas acções sempre que contenham matéria de interesse para a acção do Tribunal.

Nestes termos, em 2001, foram recebidos no Tribunal 168 relatórios de diversos órgãos de controlo interno, sendo 52 relativos a organismos da Administração Central e 116 da Administração Local. Dos 478 relatórios para apreciar em 2001 (310 transitados de 2000, sendo 83 relativos a organismos da Administração Central e 227 da Administração Local) foram mandados arquivar por despacho dos Juízes da respectiva área 80, transitando 380 para 2002 (109 de entidades da Administração Central e 271 da Administração Local), alguns dos quais com diligências em curso ou informados.

O Ministério Público, dos 38 relatórios para apreciação (10 transitados de 2000 e 28 de 2001), requereu julgamento em 5, mandou arquivar ou absteve-se em 11, foram amnistiados 9 e transitaram 12 para 2002.

Foram também recebidos, no TC, o Plano e o Relatório de Actividades de várias Inspeções, o que permitiu uma melhor articulação dos controlos desenvolvidos, evitando-se uma duplicação dos mesmos.

Ainda tendo em vista o reforço da colaboração entre o TC e os órgãos de controlo interno, o **Tribunal participou**, em 2001, nas seguintes acções:

- Nas 8ª, 9ª e 10ª reuniões do Conselho Coordenador do SCI, tendo o TC nomeado um representante para a Secção Especializada de Qualificação e Formação de Auditores, na sequência da última reunião;
- No encontro organizado pelo Conselho Coordenador do SCI, tendo o seu Presidente proferido uma intervenção sobre o *controlo da qualidade da despesa pública*.

4.7. RELAÇÕES EXTERNAS

4.7.1. *RELAÇÕES COM OUTROS ÓRGÃOS DE SOBERANIA*



Nos termos da Constituição e da Lei, o Parlamento constitui o destinatário privilegiado da actividade do Tribunal de Contas, nomeadamente no que se refere ao Parecer sobre a Conta Geral do Estado, bem como outros relatórios sobre a execução orçamental.

Aquele Órgão pode também solicitar ao Tribunal «relatórios intercalares sobre os resultados da fiscalização do Orçamento ao longo do ano, bem como a prestação de quaisquer esclarecimentos necessários à apreciação do Orçamento do Estado e do relatório sobre a Conta Geral do Estado»¹, ou, ainda, «a comunicar-lhe informações, relatórios ou pareceres relacionados com as respectivas funções de controlo financeiro»².

O Parecer sobre a Conta relativa ao ano económico de 1999 – remetida pelo Governo ao Tribunal de Contas em 27 de Dezembro de 2000 –, incluindo a da Segurança Social, foi entregue, no fim de Junho de 2001, ao Presidente da Assembleia da República pelo Presidente do Tribunal.



O Presidente do Tribunal fez ainda entrega, ao Presidente da Assembleia da República, de relatórios da auditoria e participou numa reunião com a Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano, realizada na Assembleia da República.

Ainda no sentido de estreitar as relações entre o Tribunal e os outros órgãos de soberania, foram realizadas reuniões com o Primeiro Ministro e o Ministro das Finanças, para além de Sua Excelência o Presidente da República ter recebido o Presidente do Tribunal.

¹ Nos termos do n.º 3 do art.º 36º da LOPTC

² Conforme previsto no n.º 4 do art.º 11º da LOPTC



4.7.2. RELAÇÕES COMUNITÁRIAS

No âmbito comunitário, o Tribunal de Contas português (TCP) participou em reuniões de grupos de trabalho e comissões de que faz parte, de que se destacam: **Grupo de trabalho relativo à cooperação com os países candidatos à adesão à União Europeia, Agentes de Ligação dos Tribunais de Contas da União Europeia, grupo de trabalho sobre Fundos estruturais, Comité de Contacto dos Presidentes dos Tribunais de Contas da União Europeia.**



Na reunião dos **Agentes de Ligação dos Tribunais de Contas da União Europeia** foram tratados diversos assuntos de interesse para o Tribunal, destacando-se: *Manual de Auditoria do TCE; estudo comparativo sobre os fundos estruturais; revisão do Regulamento Financeiro; cooperação com os países candidatos à adesão à União Europeia; Tratado de Nice; e acompanhamento pelo TCE dos relatórios das ISC da União Europeia; programa comunitário IDA-TESTA.*

A reunião do **Grupo de trabalho sobre fundos estruturais** teve por objectivo preparar um questionário para recolha de informação com vista à realização de um estudo sobre a gestão e controlo dos fundos estruturais.

Na reunião do **Comité de Contacto dos Presidentes dos Tribunais de Contas da União Europeia** foram tratadas, entre outras, as seguintes questões: *relatório do grupo de trabalho sobre a cooperação com os países candidatos à adesão à UE; resultado de um estudo no âmbito das ajudas dos Estados realizado pelas ISC da Holanda, Portugal, Finlândia e Reino Unido; e relatório dos Agentes de Ligação sobre o intercâmbio electrónico de dados entre as ISC da UE (TESTA/IDA).*

O TCP participou ainda na **Conferência internacional sobre a prevenção e repressão das fraudes comunitárias**, no âmbito do **Projecto Grotius**.



O Tribunal de Contas português, enquanto interlocutor nacional do Tribunal de Contas Europeu (TCE), organizou e participou, ainda, durante o ano de 2001, nas **10 auditorias realizadas pelo TCE** nos vários domínios que envolvem os Estados-membros da União Europeia, já referidas no ponto 4.3. deste relatório. Realizou-se ainda, no auditório do TCP, a apresentação do Relatório Anual do TCE relativo ao exercício de 2000, aos responsáveis da Administração Pública Portuguesa, pelo membro português do TCE.

4.7.3. *RELAÇÕES COM OS TRIBUNAIS DE CONTAS DA CPLP*

Com os Tribunais de Contas da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) o Tribunal de Contas português desenvolveu relações de cooperação bilateral e multilateral.



A nível bilateral destacam-se as visitas ao TCP: do Vice-Presidente do **TC do Estado da Bahia**, Brasil, para conhecer a organização, o funcionamento e a actividade do TCP; do Presidente do **Supremo Tribunal de Justiça de S. Tomé e Príncipe**, para análise da cooperação entre as duas Instituições; e de uma delegação da **Comissão do Plano e do Orçamento da Assembleia da República de Moçambique**.

Também neste âmbito, foram recebidos em estágio no TCP: 2 técnicos do **TC de Cabo Verde**; uma delegação do **TC de Angola**, incluindo o seu Presidente; e um Juiz Conselheiro e 4 auditores do **TC do Estado de Santa Catarina**, Brasil.

Refira-se ainda a participação do TCP no **Projecto de desenvolvimento do Tribunal Administrativo de Moçambique**, designadamente através da participação nas reuniões do Conselho Directivo e de apoio dado à elaboração do Parecer sobre a CGE de Moçambique de 1999 e à reestruturação dos sectores da verificação interna de contas e da fiscalização prévia.

Relativamente à cooperação multilateral, assinala-se a organização pelo TCP do **V Encontro das Instituições Supremas de Controlo da CPLP**, que se realizou em Ponta Delgada, nos Açores, e que teve por tema "*Os Tribunais de Contas da CPLP e os desafios das auditorias*".

O TCP participou ainda no **XXI Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil**, que teve por tema "*A modernização dos Tribunais de Contas do Brasil e a optimização dos recursos públicos*".





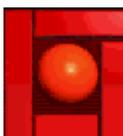
4.7.4. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Tribunal de Contas português (TCP) é membro de algumas organizações internacionais, designadamente da INTOSAI (*International Organisation of Supreme Audit Institutions*), da EUROSAI (*European Organisation of Supreme Audit Institutions*) e da OLACEFS (*Organización Latino Americana Y del Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores*), sendo membro do Conselho Directivo da INTOSAI e membro observador do Conselho Directivo da EUROSAI.

Em 2001, o TCP como membro dessas organizações internacionais organizou as Jornadas EUROSAI e participou em reuniões, seminários e/ou congressos, das quais se destacam as seguintes:



- No âmbito da EUROSAI –seminário organizado pelo Comité de Formação subordinado ao Tema “*Use of it in Auditing*”; XXIII reunião do Conselho Directivo (de que o Tribunal de Contas Português é membro observador por inerência, por ser membro do Conselho Directivo da INTOSAI); seminário sobre “*Auditoria informática no âmbito da execução do Orçamento de Estado*” e reunião preparatória do mesmo; 1.º seminário sobre “*Auditoria ambiental*”, organizado pelo Tribunal de Contas da Noruega;
- No âmbito da EURORAI (*European Organization of Regional Audit Institutions*) - IV Congresso subordinado aos temas: “*A função do conselho das instituições regionais de controlo*” e “*As repercussões sobre as funções de controlo na transposição das directivas comunitárias em matéria de contratos público*”;
- No âmbito da INTOSAI – 3ª reunião do Grupo de Trabalho sobre a independência das ISC (Task force); reunião da Comissão da Dívida Pública; XVII Congresso subordinado aos temas: “*O controlo exercido pelas ISC sobre as organizações internacionais e supranacionais*” e “*A contribuição das ISC na reforma das funções e das estruturas administrativas*” e 48ª e 49ª reuniões do Conselho Directivo;
- No âmbito da OLACEFS - XI Sessão da Assembleia Geral, tendo Portugal apresentado um documento subordinado ao tema “*As privatizações em Portugal – análise de um caso prático*”;
- Instituições Superiores de Controlo Financeiro dos Países da NATO - reunião anual para análise do Relatório de Actividades de 2000 do IBA – International Board of Auditors for NATO;
- F-16 SAI Conference - reunião anual do Órgão de Fiscalização (Conference) do F-16 MNFP – Multinational Fighter Program – relativo a actividades de assistência e desenvolvimento pós produção do F-16, na qual o Tribunal de Contas português participou pela primeira vez.



As Jornadas EUROSAI, realizadas no Funchal, tiveram por tema geral “*As relações entre os diferentes níveis de controlo dos fundos públicos (comunitário, nacional, estadual ou regional e local)*”, e nelas participaram representantes de 26 ISC membros da *EUROSAI*, de 16 IRC membros da *EURORAI* e do Tribunal de Contas Europeu.

De referir, também, que na reunião do Conselho Directivo da *EUROSAI* foi aprovada, por unanimidade, uma deliberação, sob proposta do Presidente da *EUROSAI*, de candidatura do Tribunal de Contas de Portugal ao Conselho Directivo da *INTOSAI* para um segundo mandato de 6 anos (o TCP foi eleito membro do Conselho Directivo da *INTOSAI* no XV Congresso, realizado no Cairo em 1995, por um período de 6 anos, que terminou em 2001).

Do XVII Congresso da *INTOSAI* há ainda a destacar a eleição do novo Conselho Directivo da *INTOSAI*, para o qual Portugal foi reeleito.

No que respeita à **cooperação bilateral**, destacam-se as visitas ao TCP de delegações do Tribunal de Contas da Noruega e do Tribunal de Contas da República da Eslováquia, com o objectivo de conhecer a organização, o funcionamento e a actividade do Tribunal.

O Tribunal de Contas português participou ainda no Seminário sobre *As relações das ISC com os “media”*, organizado pelo Tribunal de Contas da Polónia.





4.7.5. COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nos termos do n.º 4 do art.º 9 da Lei de organização e processo do TC, o Tribunal sempre que o entende oportuno ou conveniente publicita os seus actos através dos meios de comunicação social, em cumprimento da sua **missão de informar os cidadãos de como são geridos os recursos financeiros e patrimoniais públicos**.

Assim, durante o ano de 2001, por iniciativa do Tribunal foram difundidas **na imprensa, na rádio e na televisão uma média mensal de 29 notícias**, perfazendo um **total de 348 no ano**. Estas notícias tiveram origem em documentos oficiais (acórdãos, resoluções, pareceres e relatórios) e em cartas ao director, notas de imprensa e textos de promoção institucional, direccionados pelo Núcleo para a Comunicação Social.

Por sectores, 51 notícias tiveram origem em informação produzida na área da Fiscalização prévia e concomitante, 25 na área jurisdicional a cargo da 3ª secção, 190 na área da Fiscalização sucessiva – divulgação de relatórios de auditoria – e as restantes referem-se a diversos outros temas.

Das notícias publicadas na imprensa, 57% foram-no em órgãos de comunicação social de grande circulação: 39 no Diário de Notícias e 39 no Público, 31 no Diário Económico, 28 no Correio da Manhã, 24 no Jornal de Notícias, 23 no Independente e 15 no Expresso.

Podem mencionar-se por terem tido grande exposição mediática a publicitação dos relatórios de auditoria relativos: ao ex- IPACA (Instituto Português da Arte Cinematográfica), às operações de gestão da carteira de títulos do Estado, à Fundação para a Prevenção e Segurança, à Empresa FOSCÔAINVEST (Empreendimentos Imobiliários e Turísticos, SA), ao acordo global celebrado entre o Estado e a Lusoponte e à holding de capitais públicos IPE (Investimentos e Participações Empresariais, SA).

4.7.6. FORMAÇÃO PRESTADA NO EXTERIOR

Como já foi referido no ponto 3.1. deste relatório, funcionários do Tribunal ou os próprios Magistrados podem intervir como formadores em acções de formação para o exterior, no âmbito da cooperação com os serviços e organismos sujeitos ao controlo do Tribunal.

Assim, em 2001, foram feitas, por funcionários do Tribunal, 69 intervenções em 52 acções de formação organizadas por diversos organismos.

O Presidente do TC proferiu uma intervenção num encontro organizado pelo Conselho Coordenador do Controlo Interno e subordinado ao tema "*A qualidade da despesa pública*" e outra numa conferência organizada, em conjunto, pelo Governo Regional da Madeira e pela Associação FORUM Mercados Públicos sobre "*As parcerias público-privadas*".

Ainda, no sentido de sensibilizar os jovens para as funções que estão cometidas ao Tribunal de Contas com vista ao enraizamento de um espírito de controlo e de responsabilidade na aplicação dos dinheiros públicos, o Presidente do TC fez intervenções em colóquios e seminários, em Universidades.



RELATÓRIOS DE AUDITORIA 2001

Publicados na INTERNET

(http://www.tcontas.pt/pt/actos/rel_auditoria/2001/audit2001.shtm)

- [Relatório de Auditoria nº 8/2001 - 2ª Secção](#)
Auditoria a Operações de Gestão da Carteira de Títulos do Estado
- [Relatório de Auditoria nº 12/2001 - 2ª Secção](#)
Embaixada de Portugal em Madrid
- [Relatório de Auditoria nº 16/2001 - 2ª Secção](#)
Auditoria ao Programa de Apoio Integrado a Idosos
- [Relatório de Auditoria nº 19/2001 - 2ª Secção](#)
Programa PIDDAC “Protecção, Conservação e Valorização do Domínio Público Hídrico”
- [Relatório de Auditoria nº 20/2001 - 2ª Secção](#)
Auditoria ao Metropolitano de Lisboa, EP
- [Relatório de Auditoria nº 21/2001 - 2ª Secção](#)
Avaliação Global dos Impactos da Intervenção Operacional Renovação Urbana - QCA II
- [Relatório de Auditoria nº 22/2001 - 2ª Secção](#)
Acção de Controlo sobre a Fundação para a Prevenção e Segurança
- [Relatório de Auditoria nº 24/2001 - 2ª Secção](#)
Avaliação Global dos Impactos da PAC no Domínio das Culturas Arvenses
- [Relatório de Auditoria nº 37/2001 - 2ª Secção](#)
Auditoria aos Sistemas de Controlo na atribuição de subsídios a IPSS com Acordo
- [Relatório de Auditoria nº 38/2001 - 2ª Secção](#)
Auditoria ao Instituto da Vinha e do Vinho
- [Relatório de Auditoria nº 40/2001 - 2ª Secção](#)
Auditoria ao Município de Torres Vedras
- [Relatório de Auditoria nº 41/2001 - 2ª Secção](#)
Auditoria à IPE
- [Relatório de Auditoria nº 43/2001 - 2ª Secção](#)
Auditoria ao Município de Vila Nova de Famalicão - Gerência de 1999

- **Relatório de Auditoria nº 45/2001 - 2ª Secção**
Auditoria à DRAOT - Algarve (Direcção-Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Algarve)
- **Relatório de Auditoria nº 46/2001 - 2ª Secção**
O Relatório de Auditoria à Conta de Gerência de 1999 do Município de Beja
- **Relatório de Auditoria nº 47/2001 - 2ª Secção**
Auditoria ao Acordo Global celebrado entre o Estado e a Lusoponte
- **Relatório de Auditoria nº 52/2001 - 2ª Secção**
Auditoria financeira à Conta de Gerência de 1999 da Câmara Municipal de Tavira
- **Relatório de Auditoria nº 54/2001 - 2ª Secção**
Auditoria de gestão à empresa TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.
- **Relatório de Auditoria nº 56/2001 - 2ª Secção**
Auditoria Orientada à avaliação da economia e eficácia dos concursos públicos centralizados do IGIF
- **Relatório de Auditoria nº 57/2001 - 2ª Secção**
Auditoria ao Centro Nacional de Protecção Contra os Riscos Profissionais
- **Relatório de Auditoria nº 58/2001 - 2ª Secção**
Auditoria à Conta de Gerência 2000 da AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos
- **Relatório de Auditoria nº 59/2001 - 2ª Secção**
Auditoria às Direcções Regionais de Agricultura

CONTA CONSOLIDADA

E

PARECERES DO AUDITOR EXTERNO ⁽¹⁾

¹⁾ cfr. alíneas c) e d) do artigo 113.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.

CONTA DE GERÊNCIA CONSOLIDADA
Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2001

Capítulo	Código Grupo	Débito	Importâncias		Código	Crédito	Importâncias		(em escudos)
			Parcial	Total			Parcial	Total	
		Transporte	174.167.195,00	6.695.413.130,80		Transporte		3.232.634.853,00	
	01.01.10	Subsídio de Refeição	6.200.430,00		07.01.03	Despesas de Capital :			
	01.01.11	Subsídio de Férias e de Natal	28.557.832,00			Edifícios	1.400.000,00		
	01.02.02	Horas Extraordinárias	514.775,00		07.01.06	Material de Transporte	0,00		
	01.02.04	Ajudas de Custo	1.834.680,00		07.01.07	Material de Informática*	63.300.889,00		
	01.02.05	Outros Abonos em Numerário ou Espécie	90.588,00		07.01.08	Maquinaria e Equipamento	10.867.904,00		75.568.793,00
	01.03.01	Encargos com a Saúde	0,00			Soma		3.308.203.646,00	
	01.03.03	Prestações Complementares	1.109.880,00			Créditos Libertos não Utilizados			21.907.370,00
	01.03.04	Contribuições para a Segurança Social	3.762.760,00			Outras Saídas de Fundos			
	02.01.03	Material de Secretaria	159.036,00			Fundo de Manócio		420.000,00	
	02.01.04	Material de Cultura	539.651,00						
	02.01.05	Outros Bens Duradouros	308.597,00						
	02.02.02	Combustíveis e Lubrificantes	220.490,00						
	02.02.05	Roupas e Calçado	0,00						
	02.02.06	Consumos de Secretaria	1.580.660,00						
	02.02.07	Material de Transporte - Peças	31.986,00						
	02.02.08	Outros Bens não Duradouros	756.921,00						
	02.03.01	Encargos das Instalações	4.454.254,00						
	02.03.02	Conservação de Bens	1.649.807,00		01.01.01	Despesas Correntes :			
	02.03.06	Comunicações	1.628.939,00		01.01.02	Pessoal Além dos Quadros			
	02.03.07	Transportes	3.967.278,00		01.01.04	Pessoal em Regime de Tarifa ou Avença	2.164.500,00		
	02.03.08	Representação dos Serviços	376.780,00		01.01.06	Pessoal em Qualquer Outra Situação	2.620.138,00		
	02.03.10	Outros Serviços	4.395.962,00	236.308.501,00	01.01.07	Gratificações	0,00		
		Recetas de Capital :			01.01.10	Subsídio de Refeição	93.920,00		
	07.01.07	Material de Informática	5.495.498,00		01.01.11	Subsídio de Férias e de Natal	508.700,00		
	07.01.08	Maquinaria e Equipamento	3.931.829,00	9.427.327,00	01.02.02	Horas Extraordinárias	35.577.918,00		
		Recetas Próprias - Cofre Privativo :			01.02.03	Alimentação e Alojamento	2.605.825,00		
	03.01.01	Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.565.658.649,00		01.02.04	Ajudas de Custo	18.095.406,00		
	04.04.01	Rendimentos da Propriedade - Juros (Inst. Crédito)	96.006.709,10		01.02.05	Outros Abonos em Numerário ou Espécie	367.951.191,00		
	04.04.02	Rendimentos da Propriedade - Juros (Tesouro)	24.535.435,00		01.02.05.X	Adicional à Remuneração	0,00		
	05.02.03A	Transferências - I.E.F.P.	3.154.586,00		01.03.01	Encargos com a Saúde	138.776.495,00		
	06.02.01	Venda de Bens e Serviços Correntes - Edições T.C.	6.590.088,30		01.03.03	Prestações Complementares	41.560,00		
	06.03.01	Venda de Bens e Serviços Correntes - Reembolsos	12.997.075,00		01.03.04	Contribuições para a Segurança Social	576.082,00		
		A transportar	1.708.942.542,40	6.941.148.958,80	01.03.05	Acidentes em Serviço	53.083,00		
					02.01.03	Outras Pensões	21.837.532,00		
						Material de Secretaria	858.128,00		
						A transportar	591.760.478,00		3.330.111.016,00

CONTA DE GERÊNCIA CONSOLIDADA
Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2001

Código Capítulo	Código Grupo	Débito	Importâncias		Código	Crédito	Importâncias		(em escudos)
			Parcial	Total			Parcial	Total	
		Transporte	1.708.942.542,40	6.941.148.958,80		Transporte	591.760.478,00	3.330.111.016,00	
07.01.00		Outras Receitas Correntes	22.396.466,30		02.01.04	Material de Cultura	6.216.659,00		
14.01.00		Reposições não abatidas nos pagamentos	6.983.771,00		02.01.05	Outros Bens Duradouros	539.935,00		
		Restituições	1.738.322.779,70	1.735.115.372,70	02.02.02	Combustíveis e Lubrificantes	1.899.650,00		
			3.207.407,00		02.02.05	Roupas e Calçado	0,00		
		Adiantamento de Ajudas de Custo		16.048.551,00	02.02.06	Consumos de Secretaria	70.050.707,00		
		Recebido do Tesouro em conta de Receitas Próprias :			02.02.07	Material de Transporte - Peças	435.531,00		
		Importâncias retidas para entrega ao Estado ou outras entidades :		1.494.397.323,00	02.02.08	Outros Bens não Duradouros	17.273.423,00		
		Operações de Tesouraria			02.03.01	Encargos das Instalações	42.554.466,00		
		Descontos em Vencimentos e Salários :			02.03.02	Conservação de Bens	87.973.056,00		
		Receitas do Estado			02.03.03	Locação de Edifícios	11.837.877,00		
		O. E.			02.03.05	Locação de Outros Bens	0,00		
		Cofre Privativo			02.03.06	Comunicações	77.330.131,00		
		Operações de Tesouraria		223.575.565,70	02.03.07	Transportes	38.811.452,00		
					02.03.08	Representação dos Serviços	3.903.798,00		
					02.03.09	Seguros	5.406.633,00		
					02.03.10	Outros Serviços	181.690.254,00		
					04.03.01	Transferências Correntes Fam. Particular	3.540.160,00		
					04.04.02	Outras Transferências para o Exterior	613.778,00		
					06.02.00	Restituições	0,00		
					06.03.00	Diversas	28.899,00	1.141.866.887,00	
		Operações de Tesouraria				Despesas de Capital :			
		O. E.			07.01.03	Edifícios	71.173.625,00		
		Cofre Privativo			07.01.06	Material de Transporte	7.879.903,00		
					07.01.07	Material de Informática	123.472.103,00		
					07.01.08	Maquinaria e Equipamento	96.914.079,00	299.439.710,00	
						Soma		1.441.306.597,00	
						Adiantamentos de Ajudas de Custo		16.058.451,00	
						A transportar		4.787.476.064,00	

CONTA DE GERÊNCIA CONSOLIDADA
Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2001

Código Capítulo	Código Grupo	Débito	Importâncias		Código	Crédito	Importâncias	
			Parcial	Total			Parcial	Total
		Transporte	11.511.366.750,20			Transporte	4.787.476.064,00	
						Entregue ao Tesouro em conta de Receitas Próprias :		
						Da gerência anterior	11.029.627,00	
						Da presente gerência	1.712.636.079,00	1.723.665.706,00
						Importâncias entregues ao Estado ou outras entidades :		
						Do saldo de dotações orçamentais		5.290.375,00
						Receitas do Estado		16.450,00
						Operações de Tesouraria		202.849.861,80
						Descontos em vencimentos e salários :		
						Receitas do Estado :		
						Da gerência anterior	1.569.050,00	
						Da presente gerência	654.568.484,00	
						O. E.		
						Cofre Privativo	109.042.809,00	765.180.343,00
						Operações de Tesouraria :		
						Da presente gerência	316.272.064,00	
						O. E.		
						Cofre Privativo	21.202.892,00	337.474.956,00
		A transportar	11.511.366.750,20			A transportar	7.821.953.755,80	

CONTA DE GERÊNCIA CONSOLIDADA
Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2001

(em escudos)

Código Capítulo	Código Grupo	Débito		Crédito		Código		Importâncias	
		Parcial	Total	Parcial	Total	Parcial	Total	Parcial	Total
		Transporte	11.511.366.750,20	Transporte	7.821.953.755,80				
		Saldo para a gerência seguinte :		De Dotações Orçamentais					
				Fundo de Maneio	420.000,00				
				Reposições não abatidas nos pagamentos					
				De Operações de Tesouraria	22.770.683,90				
				De Receitas Próprias :					
				Na posse do Serviço					
				Na posse do Tesouro	23.458.119,00				
				De Descontos em Vencimentos e Salários :					
				Receitas do Estado					
				sendo					
				No Tesouro	0,00				
				Em Cofre	79.893,00				
				Em depósito	1.189.333.101,40				
				CEPIC	2.500.000.000,00				
				Total	3.689.412.994,40				
		Arredondamento nos termos do Decreto-Lei n.º 138/98, de 16 de Maio	-0,20	Arredondamento nos termos do Decreto-Lei n.º 138/98, de 16 de Maio	-0,20				
		Total	11.511.366.750,00	Total	11.511.366.750,00				

* Inclui Cap.º 50º



BDO Binder & Co.
Auditoria, Impostos
e Consultoria

Av. da República, 50-10.º
1069-211 Lisboa
Tel 217990420 Fax 217990439
E-mail: bdo@bdo.pt

Rua S. João de Brito, 605 E
Escrit. 3.2 4100-455 Porto
Tel 226166140 Fax 226166149
E-mail: bdo@bdo.pt

RELATÓRIO DA BDO BINDER & CO.

Exmo. Senhor Conselheiro Presidente do
Tribunal de Contas
Lisboa

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras da Sede (Orçamento de Estado e Cofre Privativo) do Tribunal de Contas que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2001 (que evidencia um Activo líquido de 7 418 263 contos e Fundos Próprios de 6 250 862 contos que incluem um Resultado Líquido do Exercício positivo de 87 274 contos), a Demonstração dos Resultados, a Demonstração da Origem e Aplicação de Fundos, o Mapa dos Fluxos Financeiros e o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, referentes ao exercício findo naquela data, cuja elaboração e apresentação é da responsabilidade do Conselho Administrativo do Tribunal de Contas. A nossa responsabilidade consiste em expressarmos uma opinião sobre as referidas Demonstrações Financeiras, com base na auditoria que realizámos.

2. O nosso exame foi realizado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites, as quais requerem que a auditoria seja planeada e executada de forma a obtermos uma razoável segurança sobre se as Demonstrações Financeiras contêm ou não erros ou omissões significativos. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, da documentação de suporte dos valores e das informações constantes das Demonstrações Financeiras. Inclui também a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e das estimativas mais significativas efectuadas pelo Conselho Administrativo do Tribunal de Contas, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Financeiras consideradas na sua globalidade. É nossa convicção que a auditoria que realizámos constitui uma base razoável da nossa opinião.

3. Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras antes referidas apresentam adequada e apropriadamente, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira do Tribunal de Contas (Sede), em 31 de Dezembro de 2001, bem como o resultado das suas operações, os fluxos financeiros e as origens e aplicações de fundos referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal aplicáveis ao Tribunal de Contas.



4. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, salientamos que:

4.1 As Secções Regionais do Tribunal de Contas da Madeira e dos Açores apresentam as suas Demonstrações Financeiras de forma autónoma nos termos da Lei.

4.2 Embora não estando ainda completamente regulamentada a aplicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), o Tribunal de Contas (Sede) observou já integralmente na prestação das contas de 2001 todos os requisitos previstos no POCP instituído pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de Setembro.

BDO BINDER & CO.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'BDO BINDER & CO.' with a stylized flourish at the end.

Lisboa, 29 de Abril de 2002



BDO Binder & Co.
Auditoria, Impostos
e Consultoria

Av. da República, 50 - 10.º
1069-211 Lisboa
Tel 217990420 Fax 217990439
E-mail: bdo@bdo.pt

Rua S. João de Brito, 605 E
Escrit. 3.2 4100-455 Porto
Tel 226166140 Fax 226166149
E-mail: bdo@bdo.pt

RELATÓRIO DA BDO BINDER & CO.

Exmo. Senhor Conselheiro Presidente do
Tribunal de Contas

1. Examinámos a Conta de Gerência Consolidada da Secção Regional do Tribunal de Contas dos Açores (adiante também designada por Secção Regional) referente ao exercício de 2001, que evidencia um total de 506 445 contos, incluindo um Saldo de Gerência de 74 528 contos, cuja elaboração e apresentação é da responsabilidade do Conselho Administrativo. A nossa responsabilidade consiste em expressarmos uma opinião sobre a referida conta de gerência com base na auditoria que realizámos.

2. O nosso exame foi realizado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites, as quais requerem que a auditoria seja planeada e executada de forma a obtermos uma razoável segurança sobre se a Conta de Gerência contém ou não erros ou omissões significativos. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, da documentação suporte dos valores e das informações constantes na Conta de Gerência. Inclui, também, a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados, bem como a avaliação da apresentação da Conta de Gerência considerada na sua globalidade. É nossa convicção que a auditoria que realizámos constitui uma base razoável da nossa opinião.

3. Em nossa opinião, a Conta de Gerência Consolidada apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação económica da Secção Regional do Tribunal de Contas dos Açores, no exercício de 2001, em conformidade com os princípios contabilísticos aplicáveis aos organismos públicos do Estado Português com contabilidade orçamental.

4. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, refere-se que a Conta de Gerência Consolidada da Secção Regional, foi preparada de acordo com os princípios gerais de apresentação de contas aplicáveis aos organismos públicos do Estado Português com contabilidade orçamental, e nomeadamente aqueles especificamente definidos para os organismos sujeitos a fiscalização pelo Tribunal de Contas, preparada com base nos pagamentos e recebimentos (base de Caixa) o que, embora conduzindo a uma apresentação objectiva, constitui uma base de apresentação diferente da obtida pela aplicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública, o qual, não obstante já ser utilizado pela Sede, não é ainda de utilização obrigatória.

BDO BINDER & CO.

Lisboa, 29 de Abril de 2002



BDO Binder & Co.
Auditoria, Impostos
e Consultoria

Av. da República, 50 - 10.º
1069-211 Lisboa
Tel 217990420 Fax 217990439
E-mail: bdo@bdo.pt

Rua S. João de Brito, 605 E
Escrit. 3.2 4100-455 Porto
Tel 226166140 Fax 226166149
E-mail: bdo@bdo.pt

RELATÓRIO DA BDO BINDER & CO.

Exmo. Senhor Conselheiro Presidente do
Tribunal de Contas

1. Examinámos a Conta de Gerência Consolidada da Secção Regional do Tribunal de Contas da Madeira (adiante também designada por Secção Regional) referente ao exercício de 2001, que evidencia um total de 510 890 contos, incluindo um Saldo de Gerência de 108 319 contos, cuja elaboração e apresentação é da responsabilidade do Conselho Administrativo. A nossa responsabilidade consiste em expressarmos uma opinião sobre a referida conta de gerência com base na auditoria que realizámos.

2. O nosso exame foi realizado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites, as quais requerem que a auditoria seja planeada e executada de forma a obtermos uma razoável segurança sobre se a conta de gerência contém ou não erros ou omissões significativos. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, da documentação suporte dos valores e das informações constantes na Conta de Gerência. Inclui, também, a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados, bem como a avaliação da apresentação da Conta de Gerência considerada na sua globalidade. É nossa convicção que a auditoria que realizámos constitui uma base razoável da nossa opinião.

3. Em nossa opinião, a Conta de Gerência Consolidada apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação económica da Secção Regional do Tribunal de Contas da Madeira, no exercício de 2001, em conformidade com os princípios contabilísticos aplicáveis aos organismos públicos do Estado Português com contabilidade orçamental.

4. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, refere-se que a Conta de Gerência Consolidada da Secção Regional, foi preparada de acordo com os princípios gerais de apresentação de contas aplicáveis aos organismos públicos do Estado Português com contabilidade orçamental, e nomeadamente aqueles especificamente definidos para os organismos sujeitos a fiscalização pelo Tribunal de Contas, preparada com base nos pagamentos e recebimentos (base de Caixa) o que, embora conduzindo a uma apresentação objectiva, constitui uma base de apresentação diferente da obtida pela aplicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública, o qual, não obstante já ser utilizado pela Sede, não é ainda de utilização obrigatória.

BDO BINDER & CO.

Lisboa, 29 de Abril de 2002

SIGLAS

AP	Administração Pública
APAD	Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento
AR	Assembleia da Republica
CGE	Conta Geral do Estado
CI	Comissão de Informática
CP	Comissão Permanente
CP	Caminhos de Ferro Portugueses
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRA	Contas das Regiões Autónomas
DAS	Declaração sobre a fiabilidade das contas
DG	Direcção-Geral
DGAIEC	Direcção-Geral das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo
DGCI	Direcção-Geral das Contribuições e Impostos
DGDR	Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional
DGO	Direcção-Geral do Orçamento
DGT	Direcção-Geral do Tesouro
DGTC	Direcção-Geral do Tribunal de Contas
DL	Decreto-Lei
DR	Diário da República
DRE	Direcções Regionais de Educação
EB 2/3	Escola Básica do 2º e 3º ciclos
EBI	Escola Básica Integrada
EBF	Estatuto dos Benefícios Fiscais
EDP	Electricidade de Portugal
EFS	Entidades Fiscalizadoras Superiores
EM	Empresa Municipal
EP	Empresa Pública
EPM	Empresa Pública Municipal
ESG/B	Escola Secundária Geral e Básica
EUROSAI	European Organization of Supreme Audit Institutions
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FSA	Fundos e Serviços Autónomos
FSE	Fundo Social Europeu
GENT	Gestão Electrónica de Entidades
GEPI	Gabinete de Estudos e Planeamento da Indústria
HCVP	Hospital da Cruz vermelha Portuguesa
IFOP	Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas
IGIF	Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde
INCOSAI	International Congress of Supreme Audit Institutions

INH	Instituto Nacional de Habitação
INTOSAI	International Organization of Supreme Audit Institutions
IPACA	Instituto Português de Arte Cinematográfica
IPE	Investimentos e Participações Empresariais
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
IRC	Instituições Regionais de Controlo
ISC	Instituições Supremas de Controlo
IVA	Imposto sobre o valor acrescentado
LOPTC	Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas
MF	Ministério das Finanças
MP	Ministério Público
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NSV	Não sujeito a visto
OE	Orçamento de Estado
OLACEFS	Organização Latinoamericana e das Caraíbas de Entidades Fiscalizadoras Superiores
PAC	Política Agrícola Comum
PG	Plenário Geral
PIDDAC	Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PIDDAR	Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento das Regiões Autónomas
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
RA	Região Autónoma
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAM	Região Autónoma da Madeira
SA	Sociedade Anónima
SCI	Sistema de Controlo Interno
SEE	Sector Empresarial do Estado
SPA	Sector Público Administrativo
SPE	Sector Público Empresarial
SR	Secção Regional
SRA	Secção Regional dos Açores
SRM	Secção Regional da Madeira
SRTCA	Secção Regional do Tribunal de Contas dos Açores
SRTCM	Secção Regional do Tribunal de Contas da Madeira
TC	Tribunal de Contas
TCE	Tribunal de Contas Europeu
TCJURE	Jurisprudência e Doutrina do Tribunal de Contas
TCP	Tribunal de Contas Português
UE	União Europeia
VIC	Verificação Interna de Contas

LEGENDA DAS ILUSTRAÇÕES INSERIDAS NO TEXTO

- Página 3 - Presidente do Tribunal;
- Página 6 - Sessão do Plenário Geral do Tribunal;
- Página 7 - Edifício, da Avenida da República, da Sede do Tribunal;
- Página 10 - Mapa de Portugal Continental e Ilhas dos Açores e da Madeira;
- Página 11 - Edifício da Assembleia da República;
- Página 12 - Tapeçaria em lã, executada pela *Manufacturas de Tapeçaria de Portalegre*, exposta na entrada do edifício do Tribunal. José de Almada Negreiros;
- Página 15 - Sala de formação em informática e auditório, do Tribunal;
- Página 19 - Página do Tribunal na *INTERNET*;
- Página 20 - Uma das salas do Departamento de Sistemas e Tecnologias de Informação;
- Página 21 - Biblioteca;
- Sala de edição de publicações do Departamento de Consultadoria e Planeamento;
- Página 22 - Sessão da 1ª Secção;
- Página 23 - Sessão da 2ª Secção,
- Edifício da Secção Regional dos Açores do Tribunal,
- Edifício da Secção Regional da Madeira do Tribunal;
- Página 24 - Edifício da Procuradoria-Geral da República;
- Página 25 - Processos de *Visto*;
- Página 32 - Edifício da Universidade de Coimbra;
- Página 37 - Parecer da Conta Geral do Estado;
- Página 38 - Edifício do Ministério das Finanças;
- Página 39 - Parecer sobre a conta da RA dos Açores,
- Parecer sobre a conta da RA da Madeira;
- Página 40 - Relatório da auditoria ao Programa do PIDDAC "Protecção e valorização do domínio Público hídrico";
- Página 41 - Imagem da capa do relatório da auditoria ao Instituto de Gestão Informática da Saúde;
- Página 42 - Relatório da auditoria de "Avaliação global dos impactos da PAC no domínio das culturas arvenses",
- Relatório da auditoria ao IPE;
- Página 43 - Relatório da auditoria à empresa pública Metropolitano de Lisboa,
- Processos de verificação interna de contas;
- Página 44 - Uma das salas do Departamento de Verificação Interna de Contas;
- Página 45 - Sessão da 3ª Secção,
- Processos de efectivação de responsabilidades financeiras;
- Página 49 - Plano de Acção de 2002, Relatório de Actividades de 2001 e Plano Trienal 2002/2004;
- Página 51 - Fachada principal do edifício da Assembleia da República,
- Porta de entrada do edifício do Ministério das Finanças;
- Página 52 - Edifício do Tribunal de Contas Europeu (TCE),
- Sessão de apresentação, do relatório de 2000 do TCE, pelo membro português do TCE;
- Página 53 - Participantes no V encontro da CPLP, realizado nos Açores;
- Página 55 - Sessão das jornadas EUROSAL, realizadas na Madeira;
- Sessão com a Delegação do TC da Noruega, nas instalações do Tribunal.